CONJUNTURA DA
# CONSTRUÇÃO
ANO XIII | Nº 1 | MARÇO 2015



# PERSPECTIVAS EM MEIO ÀS INCERTEZAS

HABITAÇÃO
## DÉFICIT E PLANEJAMENTO

SETORIAL
## O PERFIL DO TRABALHADOR

FGV IBRE

SindusCon SP
o Sindicato da Construção

# ÍNDICE


4 Perspectivas e incertezas
Começar de novo

6 Investimentos, a grande desaceleração

8 Habitação
Quantas moradias faltam no Brasil?

10 Setorial
O perfil dos trabalhadores da construção civil

14 Construção no mundo
O desafio global da produtividade

17 Pesquisa
Um retrato do mercado imobiliário

19 Conjuntura
Perspectivas em severa deterioração

21 Indicadores


A **Conjuntura da Construção** está disponível para download nos sites:
www.construdata.com.br
www.sindusconsp.com.br

# EXPEDIENTE


CONJUNTURA DA CONSTRUÇÃO

**Conjuntura da Construção é uma publicação trimestral conjunta do SindusCon-SP e da FGV. É permitida a reprodução total ou parcial da publicação.**

**Vice-presidente de Economia do SindusCon-SP:** Eduardo May Zaidan
**Editores:** Ana Maria Castelo e Edney Cielici Dias (executivo)
**Colaboraram nesta edição:** Denise Inoue, Laurent Broering, Nathália Espinosa, Roseane Petronilo, Robson Gonçalves, Sérgio Camara Bandeira
**Produção Gráfica:** Lucia Paiva
**Ilustração da capa e infográficos:** Mario Kanno
**Montagem:** Carol Kamakura
**Fotos:** Thinkstock
**Jornalista Responsável:** Rafael Marko. MTE 12522
**Publicidade:** Ana Maria Castelo, Tel.: (11) 3799 2371, Fax: (11) 3799 2375, e-mail: ana.castelo@fgv.br. Av Paulista 548 - 6º andar, São Paulo - SP, 01310-000, Tel.: (11) 3799 2371 / 2356

SindusCon SP Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo

**Presidente:** José Romeu Ferraz Neto
**Vice-presidentes:** Eduardo Carlos Rodrigues Nogueira, Eduardo May Zaidan, Francisco Antunes de Vasconcellos Neto, Haruo Ishikawa, Jorge Batlouni, Luiz Antônio Messias, Luiz Claudio Minnitti Amoroso, Maristela Alves Lima Honda, Maurício Linn Bianchi, Odair Garcia Senra, Paulo Rogério Luongo Sanchez, Roberto José Falcão Bauer, Ronaldo Cury de Capua
**Representantes junto à Fiesp:** Eduardo Ribeiro Capobianco, Sergio Porto,Cristiano Goldstein, João Claudio Robusti
**Diretores Regionais:** Elias Stefan Junior (Sorocaba), Fernando Paoliello Junqueira (Ribeirão Preto), Germano Hernandes Filho (São José do Rio Preto), Márcio Benvenutti (Campinas), Mario Cézar de Barros (São José dos Campos), Paulo Edmundo Perego (Presidente Prudente), Ricardo Aragão Rocha Faria (Bauru) Ricardo Beschizza (Santos), Sergio Ferreira dos Santos (Santo André)
**SindusCon-SP:** Rua Dona Veridiana 55, São Paulo - SP, 01238-010, Tel.:(11) 3334 5642, Fax: (11) 3224 0566 R. 306, www.sindusconsp.com.br

FGV IBRE

**Instituto Brasileiro de Economia**
**Diretoria:** Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
**Vice-Diretoria:** Vagner Laerte Ardeo
**Superintendência de Clientes Institucionais:** Rodrigo de Moura Teixeira
**Superintendência de Produção de Bens Públicos:** Vagner Laerte Ardeo
**Superintendência de Estudos Econômicos:** Marcio Lago Couto
**Superintendência de Planejamento e Organização:** Vasco Medina Coeli
**Controladoria:** Regina Célia Reis de Oliveira

FGV

**Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.**
**Sede:** Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 3799 6000, www.fgv.br
**Primeiro Presidente e Fundador:** Luiz Simões Lopes.
**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal.
**Vice-presidentes:** Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella.
**Conselho Diretor**
**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal.
**Vice-presidentes:** Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella.
**Vogais:** Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr.,Roberto Paulo Cezar de Andrade.
**Suplentes:** Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto.
**Conselho Curador**
**Presidente:** Carlos Alberto Lenz César Protásio
**Vice-presidente:** João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
**Vogais:** Alexandre Koch Torres de Assis , Ary Oswaldo Mattos Filho, Dante Letti (Souza Cruz S.A.), Carlos Moacyr Gomes de Almeida , Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Tarso Genro (Estado do Rio Grande do Sul), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Tomas Brizola (Banco BBM S.A).
**Suplentes:** Aldo Floris, Emerson Furtado Lima (Brookfield Brasil LTDA), Luiz Roberto Nascimento Silva, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victorio Carlos de Marchi.

# O FUTURO DEPENDE DO INVESTIMENTO




A recente revisão das contas nacionais pelo IBGE mostrou a real importância da construção para a economia brasileira nos anos recentes. No acumulado 2007-2011, o setor cresceu 50%, o que foi uma contribuição decisiva em um período entremeado por uma crise financeira de proporções mundiais.

Mais recentemente, verificou-se uma progressiva deterioração das condições econômicas e do ambiente de negócios, em particular em 2014, com o evidente descontrole do quadro fiscal. Esta edição reporta a deterioração de expectativas que marca o fim de um ciclo virtuoso, histórico, de investimentos da construção. O clima, no entanto, não pode ser de fim de festa.

O passado recente representa um legado que não deve se perder, uma contribuição importante para a geração de renda e de emprego e também para o aumento da qualidade de vida dos brasileiros. O ajuste fiscal precisa ser feito, pois a responsabilidade com os recursos públicos é, ao mesmo tempo, um avanço democrático e um imperativo de sustentação do crescimento econômico. O equilíbrio há de ser alcançado com cortes no que não é necessário, com o aprimoramento dos controles públicos, com a eliminação de desperdícios, com a valorização do suado dinheiro do contribuinte.

Mas o ajuste, obviamente, está relacionado a uma perspectiva de futuro – e o futuro depende do investimento. Assim, o governo precisa agir em várias frentes, com novas concessões e parcerias público-privadas, com a retomada do Programa Minha Casa, Minha Vida, com a racionalização e aperfeiçoamento de processos burocráticos.

Há muito a ser feito. Mãos à obra.

## Frases

**NOVA DIRETRIZ**

*Ajudar a gente sempre ajuda porque a gente não quer atrapalhar.*

**Joaquim Levy,** ministro da Fazenda, no jornal *Valor Econômico* de 13 de janeiro.

**CREDIBILIDADE**

*O ministro [Joaquim Levy], é visível, entende que a recuperação da economia depende de sua credibilidade, e sua credibilidade depende de demonstrar o fim da era de previsões irrealistas, números maquiados e pacotes de muito apelo publicitário e pouca solidez técnica.*

**Gustavo Patu,** jornalista, na *Folha de S.Paulo* de 2 de março.

**HABITAÇÃO**

*Estamos falando na necessidade de se desenvolver estratégias de curto, médio e longo prazo, habitacionais, urbanas e metropolitanas. Será que isso seria sonhar demais?*

**Alex Abiko,** professor titular da Escola Politécnica da USP, nesta edição.

# COMEÇAR DE NOVO

*Sondagem SindusCon-SP/FGV revela fim de um ciclo de investimentos; lideranças empresariais indicam caminhos para a retomada*

**Edney Cielici Dias e Ana Maria Castelo**

As expectativas em 2015 marcam o esgotamento de um ciclo histórico de investimentos da construção e as lideranças empresariais do setor apontam a necessidade de centrar medidas para a retomada sustentada das atividades, aprimorando o ambiente de negócios. Realizada em fevereiro pelo **SindusCon-SP** e pela **FGV,** a Sondagem da Construção mostrou que o ambiente setorial e macroeconômico seguiu em deterioração neste ano, em continuidade à tendência observada ao longo de 2014. O desempenho das empresas continuou enfraquecendo e começa 2015 em patamar bastante inferior ao observado em fevereiro de 2014, alcançando resultado mais negativo desde o início de 2009, quando empresas e famílias encontravam-se sob as incertezas dos impactos da crise financeira mundial.

A pesquisa mostrou que, além de menos negócios, as empresas estão se deparando com o aumento de suas dificuldades financeiras, o que compreende custos mais elevados dos empréstimos, resultado do aperto monetário recente. No que diz respeito ao cenário macroeconômico, o indicador de percepção de crescimento continuou em queda, batendo novo recorde negativo da pesquisa.

"O resultado da Sondagem reflete o atual sentimento do empresariado da construção civil, que vê o momento atual como muito difícil, tanto para a economia como para as construtoras", avalia José Romeu Ferraz Neto, presidente do **SindusCon-SP**. "Espero que o governo tenha a sensibilidade de perceber as consequências negativas que a persistência desse momento poderá trazer para a cadeia da construção, principalmente em termos de redução de empregos diretos e indiretos."

> ***"Espero que o governo tenha a sensibilidade de perceber as consequências negativas que a persistência deste momento poderá trazer para a cadeia da construção."***
>
> **José Romeu Ferraz Neto,** presidente do **SindusCon-SP**

A queda de desempenho das empresas verificado pela Sondagem ocorreu em todos os componentes do indicador, mas foi especialmente elevada no que diz respeito ao volume de negócios e ao número de empregados – as empresas estão apontando forte redução de sua atividade nesses primeiros meses do ano. A pesquisa de emprego do **SindusCon/FGV**, por sua vez, mostrou que em janeiro houve retração na contratação, configurando o primeiro resultado negativo da série para o mês.

No que diz respeito às perspectivas para os próximos meses, as empresas mostraram-se mais pessimistas desde que a pesquisa começou a ser realizada, em agosto de 1999. A percepção da maioria das empresas é, portanto, que as dificuldades continuarão à frente, o que implica que as perspectivas de retomada nas contratações não são favoráveis.

O único quesito em que as empresas mostram percepção positiva é o de custos. Na comparação com fevereiro de 2014, houve melhora, indicando que os empresários esperam uma evolução mais favorável nos próximos meses. O mercado de trabalho desaquecido pode realmente contribuir para diminuir a pressão dos custos com mão de obra, que tem peso superior a 50% nos índices setoriais com INCC e CUB. Da mesma forma, a dificuldade em contratar mão de obra qualificada deve se reduzir significativamente.

Mas, mesmo nesse aspecto, há ressalvas. Ferraz Neto lembra que, após a realização da Sondagem, o governo enviou ao Congresso Nacional projeto de lei para, após 90 dias de sua promulgação, elevar em 125% a contribuição previdenciária sobre a receita bruta das novas obras empresas da construção, praticamente acabando com a desoneração que esta contribuição havia inaugurado. "A empresa que não o fizer deverá voltar a recolher a contribuição de 20% sobre a folha. Um retrocesso."

## Para sair da crise

As lideranças empresariais da construção apontam a necessidade de ajuste da economia, mas ressaltam a necessidade da preservação do investimento. "O governo precisa agir em várias frentes para retomar o crescimento da construção: ativar novas concessões e parcerias público-privadas, lançar com aperfeiçoamentos a terceira fase do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), agilizar processos de licenciamento de empreendimentos, sobretudo na área ambiental, trabalhar pela recomposição de sua base de sustentação no Congresso Nacional, de modo a viabilizar o ajuste fiscal, não tentar obstaculizar as investigações para a apuração dos responsáveis pela corrupção na Petrobras", avalia Ferraz Neto.

José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Constru-

## DETERIORAÇÃO DE EXPECTATIVAS




ção (CBIC), frisa a posição estratégica do setor no estágio atual em que se encontra a economia brasileira. "A construção promove o investimento que deverá fomentar um novo ciclo de expansão sustentável de crescimento. Para isso, é preciso segurança sobre o presente para se vislumbrar um futuro melhor." Ainda segundo Martins, é importante adotar medidas que melhorem o ambiente de negócios, com a redução da burocracia e dos custos de investir e produzir, de maneira que, no médio e no longo prazo, retome-se o vigor setorial e da economia.

A Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas (Apeop) vê com grande preocupação o atual quadro. Segundo seu presidente, Luciano Amadio Filho, com a generalizada queda de arrecadação, acompanhada de cortes de investimentos públicos, as empresas de obras públicas ficam em difícil situação, comprometendo milhares de empregos diretos e indiretos. "Lamentável esse repetitivo erro das administrações, pois investimento gera arrecadação de impostos, recursos que voltam para os tesouros públicos, acelerando a saída da crise. Os nossos governantes deveriam reduzir custeios, extinguir ministérios, secretarias, autarquias inúteis, desburocratizar a gestão publica, cortar mordomias e gastos em excesso com pessoal", avalia o presidente da Apeop.

As atuais perspectivas são ruins também para a indústria de materiais de construção, que se ressente do fim das desonerações, do aumento de custos de energia e dos fretes. Para Walter Cover, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), o governo precisa agir como em 2008-2009, com a criação de mecanismos inovadores de crédito e de investimentos para a infraestrutura, com o incremento no PMCMV e enfrentamento com mais vigor da questão da educação e capacitação profissional da mão de obra na construção. "É preciso encontrar a equação política para limpar a pauta negativa da crise institucional, de forma que o empresário volte a ter confiança na economia e retome os investimentos."

# INVESTIMENTOS, A GRANDE DESACELERAÇÃO

*O pessimismo da construção parece estar sendo influenciado por um componente de incerteza mais forte do que nos outros segmentos*

**Itaiguara Bezerra* e Aloisio Campelo Jr. ****

Um dos fatos marcantes da desaceleração recente da economia brasileira é a forte retração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), a rubrica das Contas Nacionais que representa os investimentos produtivos. Segundo previsões da **FGV/IBRE**, com dados disponíveis até meados de fevereiro, a Formação Bruta cairia 7,9%, em 2014 e 6,9%, em 2015[1]. Esta seria a primeira vez, desde 2002/2003, que a variável registraria dois anos de queda (ver quadro), que desta vez seria mais intensa, refletindo a combinação da estagnação econômica de 2014 com os ajustes e a austeridade previstos para 2015, sem contar os riscos adicionais percebidos pelo setor produtivo, relacionados principalmente à possibilidade de ocorrer algum tipo de racionamento de água e/ou energia.

Com a queda da FBCF em 2015, a taxa de investimento da economia brasileira continuaria girando em torno de 17% a preços correntes, muito distante dos 23% previstos para 2015 pelo Plano Brasil Maior, divulgado em 2011, e dos níveis necessários para manter o Brasil crescendo a taxas superiores ao 1,6% observado no período de 2011 a 2014.

Segundo dados das Contas Nacionais, do IBGE, o valor adicionado da FBCF em 2013 era distribuído entre máquinas e equipamentos (54,2%) e construção (45,8%). Ambos os segmentos registraram desempenho pífio em 2014 e apresentam perspectivas igualmente negativas para este ano. A produção física de bens de capital, uma boa *proxy* para o componente de máquinas de equipamentos, recuou 9,6% no ano passado, enquanto o PIB do setor de construção terá uma retração de 5,2%, segundo previsão da **FGV/IBRE**.

Uma queda de magnitude similar é esperada para o setor da construção em 2015, o que representaria o maior baque em um biênio na série atual das Contas Nacionais, vigente até fevereiro de 2015, com dados desde 1996. Com ciclos de produção mais longos, o setor poderia ser duplamente afetado neste ano. Primeiro, pela desaceleração da economia e, segundo, por estar ainda na fase de ajustes e de declínio de vendas. Contribuem também para o cenário negativo do setor da construção neste ano a desaceleração da massa salarial e a queda da confiança empresarial e do consumidor. Como se vê no quadro, a confiança empresarial tem relação com a FBCF e os resultados deste início de ano estariam corroborando previsões pessimistas para os investimentos produtivos.

Enquanto o segmento de Edificações vive uma inevitável fase de declínio cíclico, o segmento de Infraestrutura teria alguma chance de contrabalançá-la, com uma eventual aceleração do programa de concessões e parcerias público-privadas. Mas as dificuldades para que isso aconteça parecem estar se avolumando, na medida em que os efeitos do escândalo apelidado de Operação Lava Jato e a discussão sobre racionamento de água e energia absorvem o tempo e o espaço político que seriam necessários para colocação da agenda de aceleração das obras do PAC como prioridade.

O desalento do setor da construção já era grande ao final do ano passado. A Sondagem de Investimentos realizada em outubro e novembro mostrou que este setor tornou-se o mais pessimista em relação à realização de investimentos produtivos em 2015, com 34% das empresas prevendo aumento e 21% prevendo diminuição de investimentos.

Além das perspectivas negativas para a economia e do perfil cíclico diferenciado, o pessimismo do setor da construção para 2015 também parece estar sendo influenciado por um componente de incerteza mais forte que nos outros segmentos: o setor é o único que apresenta uma proporção maior de empresas considerando o seu plano de investimentos como *incerto* do que a parcela das que o consideram como *certo* para este ano, como pode-se verificar no quadro.

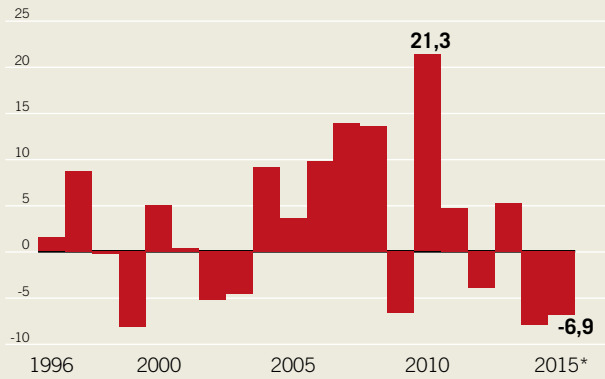
Outra forma de observar a relação entre ímpeto de investimentos produtivos e a confiança empresarial, que é influenciada negativamente pela incerteza econômica, pode ser obtida com os dados da própria pesquisa. Cruzando os dados da Sondagem de Investimentos do bimestre outubro-novembro do ano passado com a pergunta regular da Sondagem da Construção que mede o grau de otimismo com a situação dos negócios nos seis meses seguintes, nota-se um ímpeto bem maior para inversões produtivas entre as empresas mais otimistas no curto prazo. Entre aquelas que preveem diminuição do investimento em 2015, o saldo de respostas (proporção de respostas favoráveis menos desfavoráveis) foi de -38,5 pontos percentuais. Nas que si-

1 Considerando-se a metodologia atual das Contas Nacionais. Em março de 2015, o IBGE lançará uma revisão metodológica que deverá alterar números pontualmente, mas dificilmente mudará a interpretação do histórico recente do PIB e de suas principais rubricas.

# CONFIANÇA E INVESTIMENTOS EM MEIO ÀS INCERTEZAS

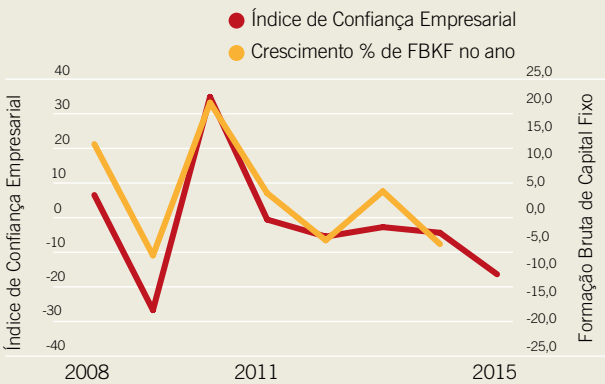
## FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

Crescimento % em relação ao ano anterior




## CONFIANÇA EMPRESARIAL E INVESTIMENTOS

Índice de Confiança Empresarial**, com ajuste sazonal, crescimento% do trimestre findo em fevereiro sobre o mesmo período ano anterior e crescimento % de FBCF




## PREVISÕES PARA A REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS NO ANO SEGUINTE

Sondagem de Investimentos, outubro-novembro de cada ano, proporção de respostas, em %

| | 2014 | | | 2015 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Setor | Aumento | Diminuição | Saldo | Aumento | Diminuição | Saldo |
| Indústria | 47% | 19% | 28 | 41% | 18% | 23 |
| Serviços | 48% | 7% | 41 | 45% | 8% | 37 |
| Comércio | 63% | 3% | 60 | 52% | 8% | 44 |
| Construção | 45% | 11% | 34 | 34% | 21% | 13 |

## DECISÃO SOBRE INVESTIMENTOS PRODUTIVOS PARA O ANO SEGUINTE

Sondagem de Investimentos de outubro-novembro de 2014, proporção de respostas, em %

| Setor | Certa | Quase Certa | Incerta |
|---|---|---|---|
| Indústria | 45% | 38% | 17% |
| Serviços | 27% | 47% | 26% |
| Comércio | 4% | 4% | 2% |
| Construção | 22% | 49% | 29% |

## PREVISÕES SOBRE PESSOAL OCUPADO EM RELAÇÃO AO ANO SEGUINTE

Proporção de empresas

| | 2014 | | | 2015 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Setor | Aumento | Diminuição | Saldo | Aumento | Diminuição | Saldo |
| Construção | 45,% | 8,0% | 37,0 | 38,% | 20,% | 18,0 |

Fonte: IBGE e FGV/IBRE * Projeção ** Agregação dos índices de confiança dos setores de Serviços, Indústria, Comércio e Construção por pesos econômicos

nalizaram que iriam aumentar o volume de investimentos, o saldo foi de 35,5 pontos percentuais. Testes estatísticos confirmam a dependência entre as duas variáveis.

O pessimismo do setor é também observado nas previsões em relação ao emprego. Depois de um ano de redução do quadro de pessoal da ordem de 4,8%, segundo dados do CAGED, o saldo de respostas sobre o total de pessoal ocupado previsto para o final do ano que vem foi de 18 p.p., uma queda de 51% em relação ao saldo de 37 p.p. nas previsões de 2013 para o ano passado.

O conjunto de dados disponíveis para o setor da construção e as perspectivas de aperto no orçamento das famílias para os próximos dois anos apontam para a possibilidade de que 2016 também não seja um ano muito favorável. Muito dificilmente o setor registrará taxas negativas de crescimento como a observada em 2014 ou a projetada pelo mercado para 2015. Mas o resultado ainda estará longe da fase áurea de crescimento do setor, entre 2006 e 2010, quando a média de crescimento foi de 5,7% e a queda de -0,7% em 2009, ano da crise internacional, seria compensada por um crescimento de 11,6% no ano seguinte.

Caso o programa de ajustes a ser implementado em 2015 seja bem-sucedido e a economia termine o ano com melhores perspectivas para 2016, o crescimento do setor da construção poderá retornar ao terreno positivo, impulsionado pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e pela retomada gradual das obras de infraestrutura do PAC.

*Coordenador da Sondagem da Construção da FGV/IBRE.
**Coordenador de pesquisas empresariais da FGV/IBRE

# QUANTAS MORADIAS FALTAM NO BRASIL?

*Estamos falando na necessidade de se desenvolver estratégias de curto, médio e longo prazo, habitacionais, urbanas e metropolitanas. Será que isso seria sonhar demais?*

**Alex Abiko**

Uma primeira resposta à pergunta do titulo é que faltam muitas moradias adequadas e talvez nunca possamos resolver este problema habitacional.

Na tentativa de se quantificar a falta de moradias, diversos estudos têm sido feitos no país procurando dimensionar e qualificar esta falta de moradias, desta forma, subsidiando as políticas públicas e a mais adequada alocação de recursos para fazer frente às necessidades da população. Cabe ressaltar que são poucos os países, principalmente entre os em desenvolvimento, que têm à sua disposição instrumentos para tão complexo exercício de planejamento.

O esforço pioneiro da Fundação João Pinheiro de Minas Gerais deve ser registrado. Desde 1995, ou seja, há 20 anos o estudo "Déficit Habitacional no Brasil" tem quantificado a partir de uma metodologia cuidadosa o chamado déficit habitacional e a inadequação de domicílios. Esse estudo, que utiliza a base de dados do IBGE, tanto o Censo como a Pnad, tem evoluído ao longo dos anos e é adotado oficialmente pelo Ministério das Cidades e pelo governo federal.

A sua última versão, o "Déficit Habitacional Municipal 2010",[1] publicada em 2013, traz pela primeira vez as estimativas do déficit habitacional e da inadequação de domicílios para todos os municípios brasileiros; cabe ressaltar a importância de estabelecer os déficits por município, o

***Está mais que no momento de recuperar as discussões do Planab, o Plano Nacional de Habitação elaborado para o período 2009-2023***

que auxilia o gestor público na alocação adequada dos recursos, harmonizando a demanda por habitação com a regulação urbanística municipal, o Plano Diretor e as infraestruturas e os serviços existentes.

Para a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional é um conceito ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias e é composto por quatro componentes: domicílios precários (domicílios improvisados e rústicos), coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados. No Brasil, em 2010, esse déficit era de 6,940 milhões de moradias, representando 12,1% do estoque de 57,3 milhões de unidades habitacionais. No Estado de São Paulo, o déficit era o maior do país: 1,5 milhão, ou seja, 11,6% do estoque de aproximadamente 11 milhões de unidades.

Por outro lado, as habitações inadequadas são aquelas que não proporcionam condições desejáveis de habitação, não implicando a necessidade de construção de novas unidades. São considerados três componentes: infraestrutura urbana (iluminação elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo), presença de sanitário exclusivo e adensamento excessivo de domicílios próprios. No Brasil, em 2010, tínhamos 13 milhões de unidades com a carência de pelo menos um tipo de infraestrutura e no Estado de São Paulo esse número era de 211 mil domicílios.

No âmbito municipal, além desse trabalho da João Pinheiro, são poucas as cidades que fazem um estudo de suas carências habitacionais.

O município de São Paulo implantou em 2007 um sistema de informações extremamente interessante, o Habisp (http://www.habisp.inf.br/). Esse sistema, além de subsidiar as políticas habitacionais, quantificando e qualificando as demandas por habitação social, traz mapas detalhados com a localização e a caracterização dos assentamentos precários na cidade. A atual versão Habisp Plus mantém atualizado o sistema e traz novas funcionalidades.

Uma outra importante fonte de informações é a Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, que estimou para 2011, com base nos dados na Pesquisa de Condições de Vida 2006 da Fundação SEADE, que havia um déficit no Estado de 1.160.000 domicílios, representando 8% dos domicílios.[2] O conceito de déficit, nesse caso, envolve

1 Disponível em: http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file

2 Disponível em: http://www.habitacao.sp.gov.br/secretariahabitacao/downloads/pehsp/documento_final_peh_sp.pdf

## DÉFICIT HABITACIONAL




| | Total no estado de São Paulo | Regiões metropolitanas | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 1 São Paulo | 2 Baixada Santista | 3 Campinas | 4 Vale do Paraíba e Litoral Norte |
| Total de domicílios | **13.546.131** | 6.477.788 | 554.553 | 918.058 | 690.691 |
| Déficit | **1.159.435** | 610.613 | 61.644 | 79.048 | 32.471 |
| Inadequado | **3.190.543** | 1.719.431 | 159.177 | 131.375 | 113.706 |

Fonte: Plano Estadual de Habitação de São Paulo, 2011

as moradias que requerem substituição, ou seja, barracos isolados ou em favelas, moradia localizada em área de risco e déficit ampliado, isto é, reassentamento de situações de inadequação.

Por outro lado, esse mesmo estudo identificou a inadequação de 3.190.000 domicílios, ou seja, 24% dos domicílios do Estado. A inadequação envolve as moradias com carências diversas que podem ser solucionadas com ações corretivas: moradia de alvenaria localizada em favela, moradia localizada em cortiço, moradia com espaço interno insuficiente, moradia com congestionamento domiciliar, moradia com infraestrutura interna insuficiente e moradia alugada para famílias com renda inferior a 3 salários mínimos. Por essa relação, pode-se perceber o quanto é ampla, complexa e diversificada a chamada inadequação habitacional.

Uma importante evolução desse estudo, referente às necessidades habitacionais, é o olhar para as regiões metropolitanas, entendo-as não só como um território administrativo e geográfico, mas como um conjunto de municípios que interagem política, econômica, social e ambientalmente.

Um exemplo no mercado de real estate são as notícias que têm surgido na imprensa com a informação que a nova lei do Plano Diretor do Município de São Paulo, promulgada em 2014, ao cobrar pelo direito de construir com as outorgas, impõe restrições de verticalização e de construção de garagens na cidade, resultando que os empreendedores imobiliários procurem outros municípios lindeiros, tais como Santo André, São Bernardo, Osasco e Guarulhos para implantar os seus projetos habitacionais.

O quadro mostra as estimativas das necessidades habitacionais para as quatro Regiões Metropolitanas existentes no Estado de São Paulo em 2011. Ao mencionar estas Regiões Metropolitanas, fala-se de um total de 106 municípios que podem e devem ser analisados de maneira sistêmica quando se pensa em problemas habitacionais e as suas soluções. Os números entre parênteses representam o total de municípios em cada uma dessas regiões.

As metodologias, tanto a da Fundação João Pinheiro, da Prefeitura de São Paulo, assim como a da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo são muito boas e cada uma delas apresenta diferentes números pois adotam conceitos próprios.

É oportuno, no entanto, salientar que dispomos de informações que dizem respeito ao passado recente e algumas vezes podemos até traçar uma evolução histórica com os números. Todavia um desafio maior é conseguir analisar as necessidades futuras e conseguir estabelecer planos para solucioná-las. Por exemplo um componente importante do déficit é representado pelo número de famílias em favelas, que tem crescido ao longo dos anos, em taxas maiores que a do crescimento populacional como um todo, sem que surjam políticas públicas que consigam enfrentar tal problema.

Caberia então aos planejadores, tanto nos órgãos públicos como nas empresas privadas, estabelecer métodos de trabalho e de pesquisa que conseguissem elaborar estudos prospectivos em relação às demandas habitacionais. Dessa maneira as políticas habitacionais e urbanas poderiam atender de fato as parcelas da população que demandam por moradia, nos locais adequados e harmonizados com as diretrizes dos Planos Diretores que deveriam ter uma vida útil de muitos anos. Está mais que no momento de se recuperar as discussões do Planab, Plano Nacional de Habitação 2009-2023, cuja versão de 2010 para debate se encontra no site do Ministério das Cidades.[3] Estamos falando na necessidade de se desenvolver estratégias de curto, médio e longo prazo, habitacionais, urbanas e metropolitanas. Será que isso seria sonhar demais?

* Alex Kenya Abiko é professor titular da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

3 Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publiicacao_PlanHab_Capa.pdf

# O PERFIL DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

*O trabalhador do setor melhorou sua posição relativa aos demais trabalhadores brasileiros*

**Alípio Ferreira Cantisani e Ana Maria Castelo**

Nos últimos anos, a economia brasileira viveu um período de crescimento apoiado na expansão do crédito e em políticas de estímulo à demanda. Como resultado, o emprego no Brasil cresceu fortemente, levando a taxa de desemprego a um mínimo histórico. A redução do desemprego foi acompanhada de um movimento de grande formalização da força de trabalho do país, com reflexos importantes da renda das famílias. A construção civil impulsionada também pelo crédito e por estímulos governamentais contribuiu ativamente tanto para a redução das taxas de desemprego como para a formalização da força de trabalho.

Como seria de esperar, a grande procura por mão de obra qualificada pressionou o mercado de trabalho e levou a uma maior elevação dos salários: os trabalhadores da construção tiveram nos últimos anos aumentos reais expressivos. No entanto estudos recentes mostram também que a produtividade do trabalhador não acompanhou o ritmo dos salários.

A despeito da desaceleração recente do crescimento setorial, a questão do mercado de trabalho ainda se configura uma preocupação importante do empresário. O setor vive atualmente o encerramento de um ciclo de crescimento, mas necessidades habitacionais elevadas e um déficit de infraestrutura enorme indicam que a retomada do crescimento deverá novamente passar pelo setor da construção. Nesse sentido, a pouca disponibilidade de mão de obra qualificada mostra que é imprescindível aumentar a produtividade. Assim conhecer o perfil dessa mão de obra e sua evolução nos últimos anos traz subsídios importantes para o debate.

O presente artigo tem como base estudo realizado para o **Sinduscon-SP** a partir de dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD-IBGE). A partir desses dados pôde-se traçar um retrato do trabalhador da construção no ano de 2013 (último ano pesquisado pela PNAD), comparando com o ano de 2004 e com outros setores de atividade.

## Mudanças

O estudo mostra que, entre 2004 e 2013, o trabalhador da construção melhorou sua posição relativa aos outros trabalhadores brasileiros. No período, o número de pessoas ocupadas no país aumentou 13%. Por sua vez, o número de ocupados na construção aumentou 65%.

Os dados da PNAD confirmam o aumento expressivo na formalização, mostram uma redução na jornada de trabalho e um forte aumento no rendimento por hora trabalhada. Porém alguns padrões ruins persistem: o trabalhador da construção ainda tem um grau de instrução inferior à média nacional. Vale notar que houve evolução no nível médio de educação, mas muito mais tímida do que a evolução nos rendimentos, indicando que a fonte desse progresso foi a demanda aquecida na economia. Por fim, o setor da construção ainda atrai o trabalhador de sexo masculino e com menos anos de estudo.

## Grandes números

Em 2013, a PNAD registrou quase 9 milhões de pessoas ocupadas no setor da construção civil. Isso significa que 9% do total de pessoas ocupadas no país estavam na construção, o que representa 4% de todos os brasileiros. Esse valor é muito maior do que o observado em 2004, quando 6% do total de ocupados ou 3% da população estavam na construção. Essas proporções não diferem significativamente entre os Estados brasileiros, oscilando entre 7,1% no Distrito Federal a 11,1% no Amapá.

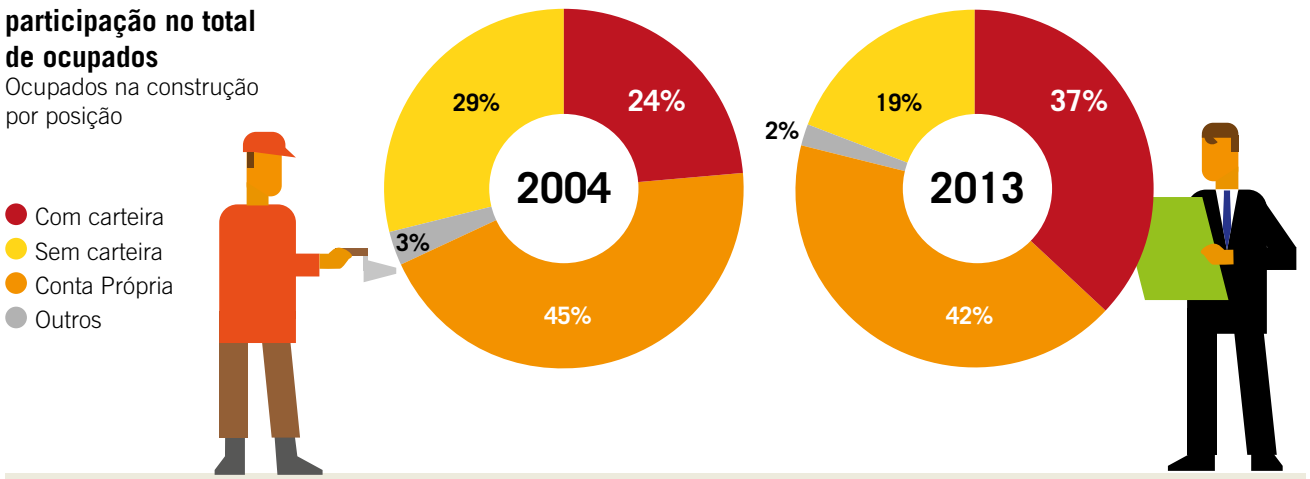
Entre 2004 a 2013, a população do Brasil passou de 183 milhões para 201 milhões de pessoas, um aumento de 10%. A PEA (População Economicamente Ativa) aumentou um pouco mais do que isso, 11%, e o número de pessoas ocupadas aumentou 13%, levando à queda das taxas de desemprego no Brasil. Medido pela PNAD, o desemprego no Brasil caiu de 8,9% em 2004 para 6,5% em 2013. Por sua vez, o número de ocupados na construção saiu de 5 milhões para quase 9 milhões de pessoas.

Nesse período, mudou também a composição da ocupação dos ocupados na construção. A contratação formal de trabalhadores aumentou de forma acelerada: se em 2004 somente um quarto dos trabalhadores da construção possuíam carteira de trabalho, em 2013 eles já representavam quase 40%. O número de trabalhadores com carteira mais que dobrou no período – aumento de 151%. Embora os trabalhadores "por conta própria" continuem sendo o maior grupo, os trabalhadores com carteira assinada já representam quase o mesmo número de pessoas. Além disso, exibem indicadores de rendimento e educação superiores. O avanço na formalização aproximou o setor da média de forma-

# MAIS EMPREGO COM CARTEIRA E PANORAMA ESTADUAL EM 2013

**Empregados com carteira aumentam participação no total de ocupados**

Ocupados na construção por posição




## PERFIL DO EMPREGADO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

| | Número de empregados | Idade média | % de homens | % carteira assinada | Média anos de estudo | Rendimento médio (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| AC | 24.912 | 37,4 | 97,9 | 31,5 | 5,42 | 952 |
| AL | 112.606 | 35,7 | 98,4 | 51,1 | 5,56 | 1.027 |
| AM | 128.294 | 37,0 | 95,2 | 33,4 | 6,80 | 1.106 |
| AP | 32.482 | 36,2 | 99,2 | 33,9 | 6,75 | 1.124 |
| BA | 592.074 | 37,3 | 97,3 | 29,9 | 6,02 | 857 |
| CE | 300.683 | 37,2 | 97,2 | 28,9 | 5,94 | 853 |
| DF | 96.645 | 38,4 | 95,4 | 44,6 | 7,25 | 1.551 |
| ES | 178.247 | 39,0 | 95,5 | 35,6 | 6,69 | 1.281 |
| GO | 337.491 | 38,5 | 97,8 | 34,8 | 6,67 | 1.450 |
| MA | 279.553 | 34,8 | 97,4 | 37,5 | 6,38 | 913 |
| MG | 977.750 | 38,3 | 97,0 | 38,8 | 6,57 | 1.227 |
| MS | 132.909 | 37,8 | 97,2 | 31,8 | 6,57 | 1.355 |
| MT | 134.827 | 37,7 | 97,0 | 35,4 | 6,61 | 1.478 |
| PA | 345.274 | 36,2 | 96,5 | 33,7 | 6,85 | 1.025 |
| PB | 155.824 | 37,4 | 98,0 | 29,7 | 4,58 | 744 |
| PE | 341.316 | 37,0 | 96,8 | 44,0 | 6,50 | 926 |
| PI | 135.630 | 36,3 | 99,6 | 42,9 | 5,49 | 835 |
| PR | 518.676 | 38,3 | 96,8 | 33,0 | 7,14 | 1.441 |
| RJ | 790.799 | 40,2 | 96,3 | 39,5 | 7,02 | 1.330 |
| RN | 129.469 | 37,5 | 99,0 | 34,0 | 5,95 | 891 |
| RO | 78.379 | 38,2 | 98,1 | 36,3 | 6,55 | 1.306 |
| RR | 23.080 | 36,1 | 96,9 | 16,2 | 6,87 | 1.193 |
| RS | 467.168 | 39,4 | 96,9 | 34,7 | 6,77 | 1.312 |
| SC | 290.933 | 38,6 | 96,5 | 42,1 | 7,21 | 1.655 |
| SE | 83.161 | 35,9 | 98,3 | 40,9 | 6,24 | 1.056 |
| SP | 1.793.681 | 40,6 | 96,2 | 34,7 | 7,03 | 1.450 |
| TO | 61.557 | 36,8 | 97,0 | 29,1 | 7,31 | 1.183 |
| Brasil | 8.543.420 | 38,5 | 96,8 | 35,9 | 6,66 | 1.239 |

O DF tem um percentual de trabalhadores com carteira acima da média e com maior grau de instrução

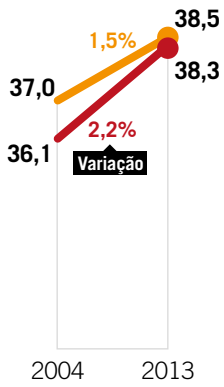
O Estado de São Paulo responde por 21% dos ocupados na construção, que têm a maior idade média entre as UFs

Fonte: PNAD 2004 e 2013

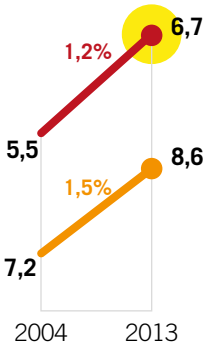
# EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS E DA ESCOLARIDADE (exceto empregador)

Ocupados Brasil
Ocupados Brasil na construção

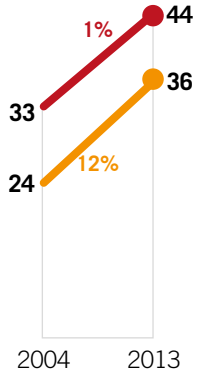
**Média de idade**
Em anos



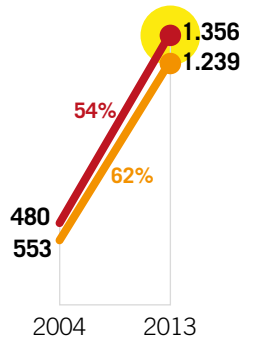

**Anos de estudo**
Média em anos



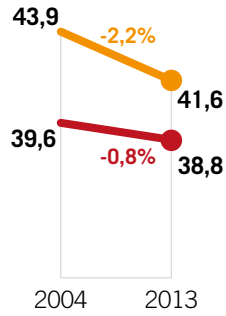

**Carteira assinada**
% dos que possuem




**Rendimento em termos reais**
Em R$



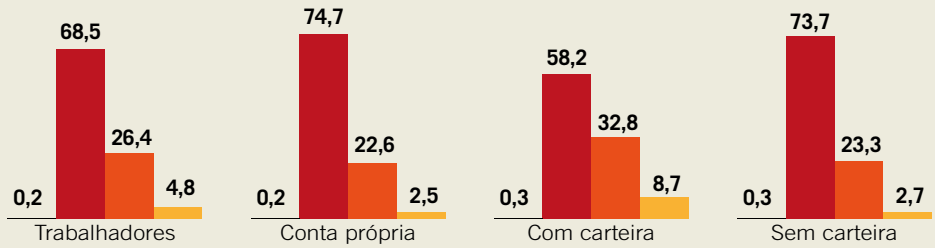

**Horas de trabalho**
Por semana



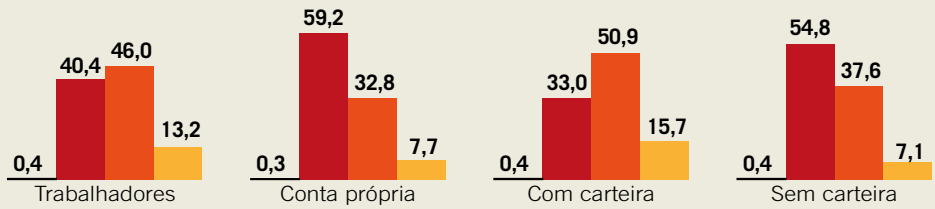

## NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS TRABALHADORES - 2013

Superior completo ou incompleto
Ensino médio completo ou incompleto
Fundamental completo ou menos
Não determinado

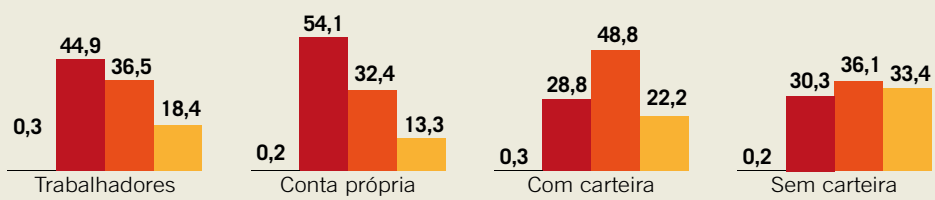
**Trabalhadores da Construção**




**Indústria**




**Brasil**




Fonte: PNAD 2004 e 2013

lização do mercado de trabalho brasileiro.

A formalização foi, de fato, um movimento observado em geral na população ocupada no Brasil na última década. Também similarmente ao resto da população ocupada no Brasil, os trabalhadores da construção obtiveram aumentos substanciais nos seus rendimentos. O trabalhador da construção, assim como o trabalhador brasileiro, está em média mais velho, trabalha menos horas por semana e tem mais anos de estudo. São variações que, embora tímidas, indicam avanços.

No entanto alguns padrões se mantêm: mesmo com os avanços, a média de anos de estudo entre os trabalhadores da construção ainda é 23% menor que a média dos trabalhadores brasileiros e os trabalhadores da construção possuem rendimentos médios 9% inferiores.

## Perfil socioeconômico

O trabalhador médio brasileiro possui 38,3 anos, 8,6 anos de estudo, trabalha pouco menos de 40 horas semanais e recebe um rendimento mensal de R$ 1.356,10. Em 2004, o trabalhador médio era dois anos mais jovem, um ano e meio menos educado e ganhava 50% a menos, em termos reais[1], trabalhando quase uma hora a mais por semana.

A idade média dos trabalhadores brasileiros aumentou na última década, seguindo o envelhecimento da população. Na construção, o processo foi similar, porém menos acelerado. Em média, o trabalhador da construção com 38,5 anos de idade é apenas um pouco mais velho do que o trabalhador brasileiro, com 38,3 anos. Mas há importantes diferenças quando se consideram as posições ocupadas pelos trabalhadores. Trabalhadores sem carteira assinada são bem mais jovens (33 anos) do que trabalhadores com carteira assinada (37 anos) e os trabalhadores "por conta própria" (42 anos). O envelhecimento médio de 1,5 ano dos ocupados na construção, mas não atingiu os trabalhadores com carteira assinada, que mantiveram sua idade média em 37 anos. Vale notar também que no Estado de São Paulo o trabalhador médio é mais velho, com 40,6 anos.

Embora mais velhos, os trabalhadores da construção não possuem mais anos de estudo. A média dos anos de estudo aumentou menos do que a média de idade, tanto para os trabalhadores em geral quanto para o setor da construção. Apenas para os trabalhadores da construção com carteira assinada, cuja idade média se manteve em 37 anos, observou-se que a média de anos de estudo subiu um ano. Porém vale notar que a média de anos de estudo ainda é muito baixa – quase 2 anos inferior à média nacional dos trabalhadores.

No que diz respeito à distribuição de gênero, embora a PNAD aponte uma ligeira queda da proporção de homens no setor entre 2004 e 2013 – de 97,5% para 96,8% –, mantém-se a predominância do sexo masculino.

Com relação ao rendimento/hora, nota-se que o trabalhador médio brasileiro conseguiu reduzir em 0,8 a média de horas trabalhadas por semana e aumentar seus rendimentos reais em 54% entre 2004 e 2013. O trabalhador da construção conseguiu um resultado melhor: reduziu em 2,2 a média de horas trabalhadas por semana e aumentou em 62% seus rendimentos. Dessa forma, o rendimento do ocupado por hora trabalhada teve incremento real de 71% no período. Os custos da construção refletiram a alta da mão de obra: o INCC-DI mão de obra variou 110% entre os períodos de referência da PNAD (setembro de 2004 e setembro de 2013).

## Formalização

Indiscutivelmente, a melhora dos indicadores do emprego na construção está associada à formalização desse mercado de trabalho. O aumento no número desses trabalhadores foi espetacular entre 2004 a 2013. O aumento de 151% no número de trabalhadores com carteira elevou em 13 pontos percentuais a participação desses trabalhadores no total de trabalhadores da construção. No entanto, os trabalhadores "por conta própria" continuam representando o maior grupo na distribuição por posição, com 3,6 milhões dos 8,5 milhões de trabalhadores da construção. O número de trabalhadores com carteira assinada alcançou 3,2 milhões em 2013.

A qualidade dos indicadores para os trabalhadores com carteira assinada é superior em diversos aspectos. O rendimento/hora do trabalhador formalizado é 15% superior à média dos trabalhadores da construção e 60% superior a dos sem carteira. Os trabalhadores com carteira são também os que mais trabalham, em média 43 horas por semana, obtendo por isso maior rendimento mensal total do que os "por conta própria" e os "sem carteira". O nível de instrução dos trabalhadores com carteira é também expressivamente superior aos demais: 34% possuem ensino médio completo, em comparação a uma média de 24% para os trabalhadores do setor como um todo.

O grau de instrução explica somente parcialmente as diferenças na remuneração por hora trabalhada (uma medida indireta da produtividade do trabalho) e renda. É preciso notar que, em termos de anos de estudo, praticamente não há diferença entre os trabalhadores "por conta própria" e os empregados sem carteira – os "por conta própria" possuem até mesmo menos anos, em média. No entanto, a remuneração/hora trabalhada e a renda mensal dos trabalhadores "por conta própria" supera em muito a dos os empregados sem carteira. Isso está provavelmente associado à maior experiência desses trabalhadores, em média 10 anos mais velhos do que os empregados sem carteira.

De todo modo, a fotografia do nível educacional dos trabalhadores da construção mostra que a grande maioria parou seus estudos no ensino fundamental (até a antiga 8ª série, hoje 9ª série). São quase 70% dos trabalhadores com ensino fundamental completo ou inferior. Por outro lado, 50% não completaram o fundamental e 10% não possuem instrução nenhuma.

Percentuais abaixo da média nacional, onde 45% dos trabalhadores possuem ensino fundamental completo ou inferior, e 7% sem instrução nenhuma – um número muito influenciado pelo enorme peso dos trabalhadores da construção no número total de ocupados. Na comparação com os trabalhadores do comércio e da indústria, os trabalhadores da construção – mesmo aqueles com carteira assinada – também possuem um grau de instrução menor.

1 Para o cálculo dos rendimentos reais do trabalho, utilizou-se a variação do IPCA entre setembro de 2004 e setembro de 2013, períodos de referência da PNAD. A variação do índice nesse período foi de 59%.

# O DESAFIO GLOBAL DA PRODUTIVIDADE

*A avaliação dos desafios da elevação da produtividade na construção civil brasileira exige que se observe com atenção o que acontece em outros países*

**Robson Gonçalves e Laurent Broering**

A elevação da produtividade é um imperativo na atualidade brasileira. No caso específico da construção civil, a questão se reveste de características próprias. Encerrado o ciclo de forte expansão, iniciado em 2006, o setor deverá passar por um período de ajuste, adaptando-se a níveis mais baixos de crescimento, acompanhando a atividade econômica como um todo. Nesse ambiente, a busca de eficiência em nível microeconômico, isto é, dentro das empresas, torna-se ainda mais relevante.

Mas a correta avaliação dos desafios da elevação da produtividade na construção civil brasileira exige que se observe com atenção o que acontece no mundo. Nesse sentido, a experiência europeia chama a atenção, seja por conta das dificuldades de certos países de retomar o crescimento, seja por conta da diversidade que se observa nas características do setor dentre os países da União Europeia.

## Participação no PIB

A crise mundial iniciada em 2008 permanece sendo um marco importante para compreender a dinâmica setorial em todo o mundo. E os dados mais recentes permitem avaliar de que modo a construção está se reestruturando ou enfrentando obstáculos persistentes.

Como regra, o setor perdeu participação no PIB entre 2007 e 2010. Em alguns casos, como na Espanha e na Irlanda, essa queda foi dramática e ocorreu em proporção ao tamanho do *boom* imobiliário observado nesses países nos anos anteriores à crise. No outro extremo, em nações mais estáveis, tanto desenvolvidas quanto emergentes, a parcela da construção no conjunto da economia oscilou menos, voltando a avançar entre 2010 e 2013. Esse é o caso, dentre outros, de Chile, Peru, Turquia, Canadá e Austrália.

***Ciclos expansivos de demanda, especialmente quando impulsionados pela expansão do crédito, não se sustentam sem que ocorram, em paralelo, elevações na eficiência***

O caso grego é peculiar. A forte queda na parcela da construção ocorreu em paralelo a taxas negativas de crescimento do PIB. Em 2008, ano inicial da crise global, a queda do indicador foi de 0,2%, chegando a mais de 7% em 2010. A queda acumulada do PIB do país entre 2007 e 2013 foi de 20%. No mesmo período, a parcela da construção baixou de 7,8% para 2,5% do PIB.

Algo semelhante ocorreu na Irlanda, onde a perda de participação da construção na economia ocorreu junto com a queda do PIB como um todo, ainda que em ritmo menor do que o observado na Grécia. Assim, em 2013, o PIB da Irlanda era 7% menor do que em 2007, enquanto a parcela da construção caía de 9,5% para 1,4%.

## Emprego

Outro dado que permite dimensionar a evolução da construção pelo mundo é o emprego. No Brasil, entre 2007 e 2013, o setor criou 1,5 milhão de postos de trabalho. Em termos relativos, o crescimento foi de 12% ao ano em média. Tanto nos EUA quanto na Europa o quadro foi bastante distinto.

No mesmo período, a construção civil norte-americana fechou 1,8 milhão de postos de trabalho, o equivalente a uma queda de 3,1% ao ano em média. Considerando-se os 27 países na União Europeia, a queda no nível de emprego do setor entre 2007 e 2013 chegou a quase 3 milhões de postos de trabalho, resultado de uma queda de 3,6% ao ano em média.

Os dados preliminares de 2014 sugerem que a construção nos EUA está retomando lentamente a trajetória de crescimento. O nível de emprego fechou o ano cerca de 1,5% acima de 2012. No mesmo período, o nível de emprego teve variação negativa de igual magnitude na União Europeia, deixando claras as dificuldades de recuperação na região. No Brasil, o mesmo indicador teve queda de 3,3%, sempre na comparação entre finais de período.

# CONDICIONANTES DO CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE NA CONSTRUÇÃO




## PARTICIPAÇÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO PIB

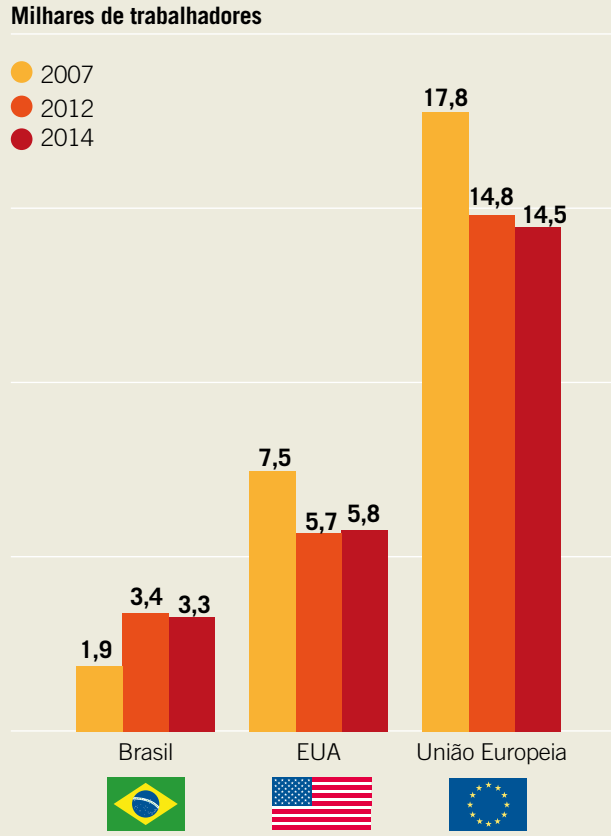
Países selecionados – 2007, 2010 e 2013

| | 2007 | 2010 | 2013 |
|---|---|---|---|
| Polônia | 7,4% | 8,1% | 8,2% |
| Austrália | 7,1% | 7,3% | 8,1% |
| Chile | 8,0% | 7,4% | 7,8% |
| Peru | 5,1% | 6,3% | 7,5% |
| Canadá | 6,5% | 7,0% | 7,2% |
| Bulgária | 7,5% | 7,0% | 6,4% |
| Espanha | 10,1% | 8,1% | 6,3% |
| Noruega | 5,8% | 5,3% | 6,0% |
| Argentina | 5,4% | 5,0% | 5,7% |
| Reino Unido | 7,1% | 6,3% | 5,5% |
| Brasil | 4,9% | 5,7% | 5,4% |
| Itália | 6,2% | 5,6% | 4,9% |
| Turquia | 5,4% | 4,7% | 4,9% |
| Dinamarca | 5,1% | 4,4% | 4,4% |
| Finlândia | 6,2% | 6,4% | 4,4% |
| Alemanha | 4,1% | 4,6% | 4,3% |
| Portugal | 7,3% | 5,8% | 4,2% |
| Hungria | 5,0% | 4,1% | 4,1% |
| EUA | 4,9% | 3,5% | 3,7% |
| Grécia | 7,8% | 3,5% | 2,5% |
| Irlanda | 9,5% | 1,9% | 1,4% |

Fontes: Órgãos oficiais responsáveis pelas contas nacionais.

## NÍVEL DE EMPREGO NA CONSTRUÇÃO

No Brasil, EUA e União Europeia – 2007, 2012 e 2014




Fonte: Caged, BLS e Eurostat. Elaboração: FGV

## O caso europeu

Existe um consenso antigo dentre os economistas sobre a importância da produtividade na sustentação do crescimento no longo prazo. Ciclos expansivos de demanda, especialmente quando impulsionados pela expansão do crédito, não se sustentam sem que ocorram, em paralelo, elevações na eficiência.

No caso da construção, a eficiência pode ser pensada em termos técnicos, isto é, mensurada com variáveis físicas como tempo médio para realizar certa atividade típica. No campo econômico, uma das medidas mais comuns de produtividade refere-se ao valor agregado por trabalhador empregado (VA/T). Dado que o próprio PIB nada mais é do que o total do valor agregado em cada país por período de tempo, a relação entre essa medida de produtividade e o crescimento econômico se torna evidente.

O caso europeu oferece lições relevantes sob a ótica da produtividade setorial. Em 2004, as grandes economias europeias (Alemanha, França, Reino Unido e Itália) apresentavam níveis mais próximos de produtividade na construção civil. Os níveis mais baixos desses indicadores estavam concentrados nos países do Leste, além de Portugal e Irlanda. No outro extremo, estavam os países nórdicos, com elevados níveis para esse mesmo indicador.

Em 2007, antes do estopim da crise internacional, a produtividade da construção havia caído em diversos países e regiões, com destaque para economias importantes como a da Alemanha, do Reino Unido e da Itália, mas também Finlândia. Em 2010 e 2013, último ano com dados disponíveis, os níveis de produtividade deixaram de variar tanto, a despeito da persistência da crise e do baixo crescimento da maioria dos países da região. Persistiu a defasagem típica dos países do Leste. Em paralelo, a Irlanda, a Grécia e Portugal, países onde a taxa de crescimento do PIB permanece muito baixa, apresentaram os níveis baixos de produtividade setorial. Na Itália, a baixa registrada no indicador entre 2004 e 2007 não foi recuperada. Já na Espanha, esse indicador se recuperou entre 2007 e 2010.

***Nos 27 países na União Europeia, a queda no nível de emprego da construção chegou a quase 3 milhões de postos de trabalho entre 2007 e 2013, resultado de uma queda média de 3,6% ao ano***

## Lições para o Brasil

As lições que o caso europeu oferece ficam mais claras analisando-se em separado subgrupos de países.

Em um extremo, os países nórdicos (Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia) mantiveram níveis elevados de produtividade, a despeito de alguma perda no caso da Finlândia e da Suécia. Esse padrão também se observa nas grandes economias continentais, França e Alemanha. Todos esses países se caracterizam pela relativa estabilidade macroeconômica – a despeito dos efeitos da crise global -, pela elevada qualificação da mão de obra e pelo uso de técnicas construtivas avançadas.

No outro extremo, tem-se o Leste Europeu que mantém níveis mais baixos de produtividade ao longo de todo o período analisado. A despeito disso, sobretudo no período anterior a 2008, as taxas de crescimento da construção civil foram expressivas, com destaque para Polônia, Eslovênia e Estônia. Nesses países, no período 2004-2007, o PIB setorial cresceu ao ano em média 7,7%, 11,7% e 14,7%, respectivamente.

Por fim, tem-se os chamados PIIGS – Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha, grupo ao qual pode-se somar a Itália. Diferentemente dos países do Leste, os PIIGS já estavam plenamente integrados à União Europeia em 2008. Ainda assim, como regra, os anos de crise econômica e baixo crescimento mantiveram baixos os níveis de produtividade da construção civil sem que estes se elevassem no período mais recente, com exceção parcial da Espanha. Ainda assim, o ajuste no caso espanhol foi dramático. Em 2013, o nível de emprego na construção civil do país era cerca de 40% do registrado em 2007.

A principal conclusão que o caso europeu oferece refere-se à importância dos fundamentos tanto micro quanto macroeconômicos na busca pela elevação da eficiência e da produtividade na construção, bases para o crescimento sustentado.

Nesse sentido, os países do Leste europeu possuem problemas estruturais semelhantes a muitos dos observados no Brasil, com destaque para a ineficiência burocrática e regulatória. Os baixos níveis de produtividade setorial desses países demonstram, ainda, que a qualificação da mão de obra é condição necessária, mas não suficiente, para o crescimento da produtividade. Igualmente importante é a gestão das empresas, menos eficiente no caso do Leste europeu.

A relevância desses elementos institucionais também está por trás da estabilidade dos níveis de produtividade das grandes economias continentais (França e Alemanha) e da Escandinávia.

Por fim, o desempenho dos PIIGS mostra como a instabilidade macro tem impactos relevantes sobre a produtividade. Sobretudo no caso de Irlanda, Grécia e Portugal, as indefinições políticas quanto à condução da política econômica em um contexto de taxas negativas de crescimento foram decisivas para reduzir e/ou manter baixos os níveis de produtividade da construção. Como resultado, o setor perdeu relevância na economia desses países após a crise, movimento que atingiu contornos dramáticos no caso grego.

# UM RETRATO DO MERCADO IMOBILIÁRIO

*Pesquisa nacional apurou queda de 26% nos lançamentos em 2014 na comparação com o ano anterior*

**Cristina Della Penna***

O ano de 2014 não foi fácil para o mercado imobiliário: a ameaça de uma bolha imobiliária, o fraco desempenho da economia, o término de empreendimentos da Copa do Mundo, dificuldade para aumentar os investimentos em infraestrutura e vendas caindo em razão de incertezas do período. As incorporadoras se viram com estoques parados, com queda nos lançamentos, e o consumidor, por sua vez, sentiu a instabilidade.

Segundo um levantamento realizado pela Licam Consultoria e o Instituto Ilumeo, 70% dos consumidores consideraram que os preços dos imóveis estão altos e outros 77% sentem que os valores ainda estão subindo. Porém 46% dos entrevistados afirmam que pretendem adquirir um imóvel em até dois anos. Essa informação é importante para o setor, mas existe uma tendência dos consumidores estenderem o prazo de aquisição para até quatro anos.

O quadro do mercado imobiliário pode ser interpretado à luz das pesquisas da Criactive. A empresa iniciou o trabalho de monitoramento de construtoras e incorporadoras no país a partir de 2003 e, em 2007, tivemos acesso aos *mailings* das construtoras junto às associações e entidades de todos os Estados. Em seguida, as empresas foram contatadas e classificadas por atividade, entre as quais, as que constroem, as que reformam etc. As que constroem foram cadastradas no Sistema de Informação de Mercado (SIM) e, atualmente, o SIM conta com 4.825 construtoras monitoradas com suas respectivas obras (25 mil) e sistemas construtivos (cerca de 90), o que permite a análise do mercado imobiliário. Os Secovis e Ademis, por sua vez, monitoram obras residenciais em Fortaleza, Recife, Goiânia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Região Metropolitana de São Paulo, Curitiba, Vitória, Maceió e Porto Alegre. Para entendimento do que aconteceu com o número de lançamentos, a Criactive confronta as unidades lançadas do SIM nessas praças com as unidades divulgadas pelos Secovis e Ademis.

## Lançamentos

Olhando o Brasil como um todo, considerando todos os tipos de obras, a Criactive confrontou o número de unidade lançadas em 2013 com o número de unidades lançadas em 2014 e identificamos uma queda de 25,9% em número de unidades (Gráfico 1). As regiões com maiores quedas nos lançamentos foram o Norte (67%), Sul (51%) e Sudeste (39%) e o segmento que apresentou maior queda foi o comercial, cerca de 40%.

Para analisarmos a evolução do m² útil das obras ao longo dos anos, consideramos as 25 mil obras monitoradas pelo SIM e, para cada obra, analisamos o mês de início da fundação e o mês de término do acabamento, distribuindo de maneira igual sua metragem útil pelo período de execução da obra.

Na última linha do Gráfico 2, conseguimos observar a evolução da metragem útil de 2009 a 2012, com uma ligeira queda em 2013 e 2014. A metragem útil das obras em execução em 2014 foi de 32,7 milhões – se comparada a 2013, teve queda de 2,54% e está bem próxima ao patamar da metragem ocorrida em 2011. O ano que tivemos maior execução de metragem útil foi 2012 (34,3 milhões).

Outro ponto importante a ser analisado é a queda acentuada no m² da fase de fundação (-17%), reflexo do baixo número de unidades lançadas nos últimos dois anos. Já o m² de acabamento tende a crescer, pois existem muitos empreendimentos iniciados em 2013 que deverão ser entregues no primeiro semestre de 2015.

O 1º semestre de 2015 será o resultado do comportamento do mercado dos últimos dois anos. O baixo número de unidades lançadas entre 2013 e 2014 resultará em uma queda nas metragens das fases de fundação e estrutura, enquanto a metragem na fase de acabamento terá uma alta significativa, pois os empreendimentos lançados entre o 2º semestre de 2012 e o 1º semestre de 2013 tendem a ser concluídos no início de 2015, pois em média uma obra fica de 18 a 24 meses em construção, sem eventuais atrasos.

Já o 2º semestre de 2015 tende a melhorar a metragem útil de fundação, pois, nos meses de novembro e dezembro de 2014, houve um aumento significativo de unidades lançadas, uma vez que um empreendimento fica de 8 a 10 meses em lançamento.

O Gráfico 3 mostra a representatividade da metragem útil ao longo dos últimos seis anos por região. O Sudeste teve uma ligeira queda, o Centro-Oeste teve o maior crescimento, seguida do Nordeste e do Sul – o Norte se manteve estável.

De 2009 para 2012, empreendimentos de alto e médio alto padrão tiveram uma queda acentuada na metragem em construção. A partir de 2013, voltaram a crescer e, no ano passado, esse crescimento foi de

6%, gerando 7,3 milhões de m² em construção. Porém a m² de 2014 não atingiu os números de 2009, que foi de 8,7 milhões de m² em construção.

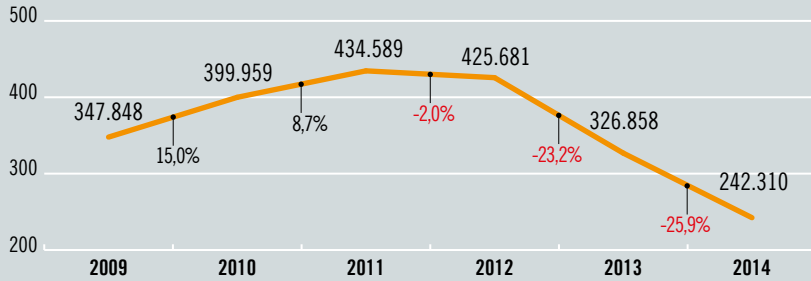
Já os empreendimentos voltados para as classes D e E cresceram 32% de 2009 para cá, porém ao contrário do alto padrão, esse segmento vem perdendo força desde o final de 2012, fechando o ano com queda de 7%. No Gráfico 4, conseguimos identificar que os segmentos médio-baixo ganharam força em 2009 por forte influência do programa MCMV. Para esse segmento voltar a crescer, faz-se necessário o governo dar continuidade ao Programa Minha Casa, Minha Vida, com as 350.000 novas unidades a serem construídas a partir de 2015, conforme anunciado.

Com o objetivo de entender as tendências dos negócios imobiliários, foram entrevistadas 40 construtoras de todas as regiões do país em novembro e dezembro de 2014 – elas representam 12% de toda a m² construída em 2014.

Em relação a 2014, as médias e pequenas construtoras tiveram um crescimento, porém como a metragem construída destas não impacta de maneira significativa na metragem total, o mercado segue o comportamento das grandes construtoras. Nestas, percebemos uma retração de 8%. Ainda de acordo com a pesquisa, verifica-se as grandes construtoras, em regra, pretendem manter a atividade estável em 2015 em relação a 2014, planejando recuperação em 2016.

* Sócia-diretora da Criactive

**Gráfico 1 – Lançamentos por ano** (unidades)




Fonte: **Criactive**

**Gráfico 2 – Metro quadrado construído e fases das obras** (%)

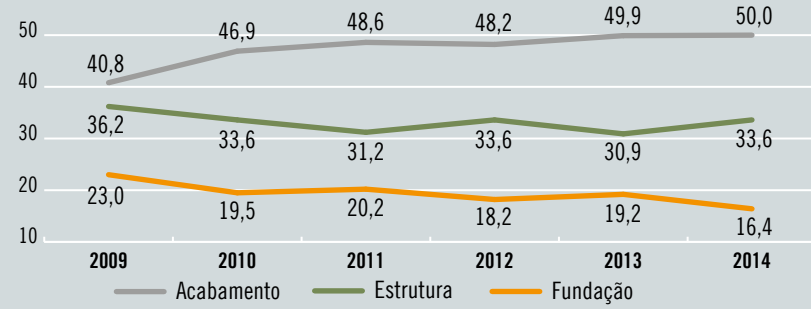



**Gráfico 3 – Participação do metro quadrado construído por região** (%)

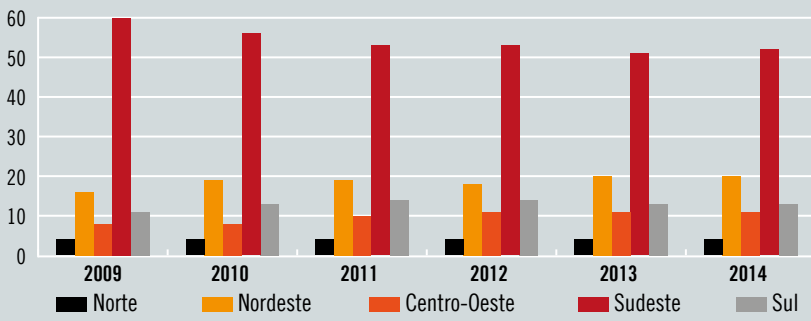
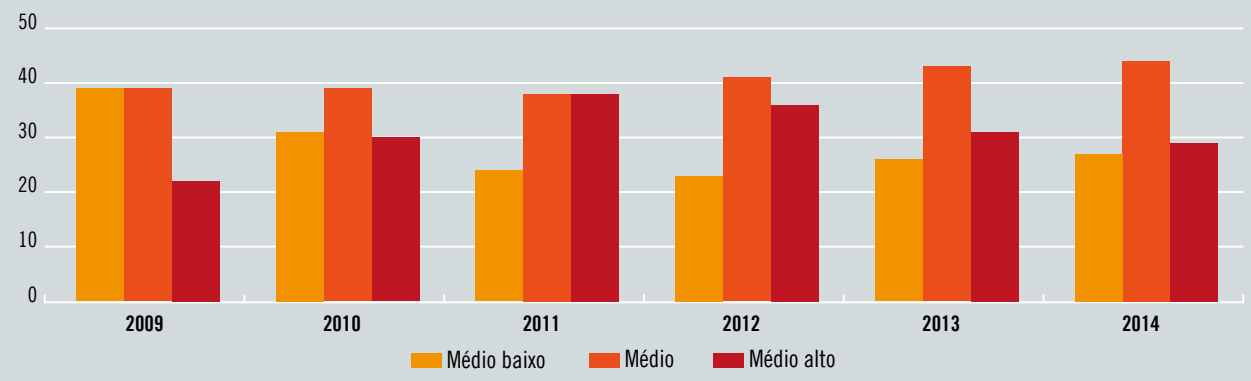



**Gráfico 4 – Evolução da metragem por padrão residencial** (%)



# PERSPECTIVAS EM SEVERA DETERIORAÇÃO

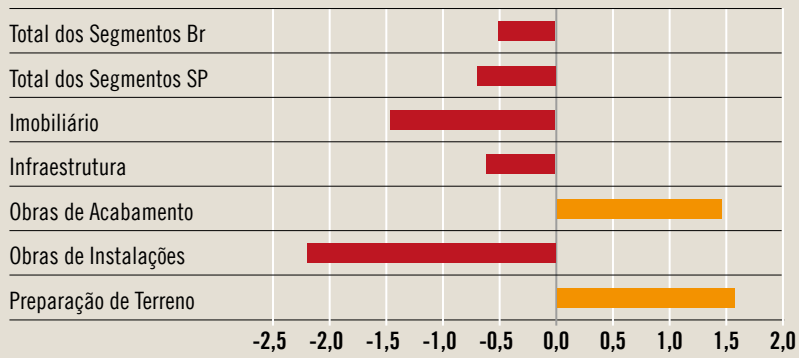
Ana Maria Castelo e Robson Gonçalves

A consolidação dos dados confirmou que o ano passado foi fraco para a construção. Os números do IBGE apontaram uma retração do PIB setorial da ordem de 5%. O emprego formal confirmou o desempenho ruim das empresas, com o número de empregos ativos em dezembro retrocedendo ao patamar de dezembro de 2011. Com isso, o emprego em 2014 terminou em um patamar abaixo da média do ano, ou seja, o efeito carregamento para 2015 já é negativo.

Nesse contexto, as fontes de sustentação da atividade setorial estão concentradas no Programa Minha Casa Minha Vida, nas obras do PAC e nas novas concessões. Sondagem da **FGV** realizada em dezembro mostrou que as empresas que operam nesses programas estavam mais confiantes que as que não operam. No entanto, mesmo aquelas empresas vêm sendo afetadas por atrasos nos pagamentos, o que pode comprometer o ritmo das obras e resultar em um aumento ainda maior das demissões.

Enfim, as incertezas são bastante elevadas para um setor que depende de decisões de longo prazo. De todo modo, essas questões afetarão apenas a magnitude da queda que se mostra certa em 2015.

**Gráfico 1 – Emprego com carteira**
Taxa acumulada em 2014 (%)




Fonte: **MTE, Sinduscon-SP/FGV**

## Emprego e rendimento

O emprego com carteira na construção fechou o ano de 2014 com redução de 0,51% em relação a 2013 de acordo com a pesquisa **SindusCon-SP/FGV**. Apenas no último mês do ano, o número de trabalhadores com carteira assinada no setor da construção caiu 4,75% na comparação com dezembro de 2013, levando o número de empregos ativos ao patamar de dezembro de 2011. Com esse resultado, observou-se o primeiro saldo líquido (admissões menos demissões) de contratação negativo desde 2006, ano de início da pesquisa.

Os segmentos que apresentaram as maiores taxas negativas na comparação com 2013 foram obras de instalações (-2,20%), imobiliário (-1,46%) e infraestrutura (-0,62%). Os três segmentos representam 68% do total de trabalhadores ativos no setor. Vale notar que o segmento de preparação de terrenos, um indicador de atividade antecedente, registrou crescimento positivo no ano (1,58%), mas acusou, em dezembro, retração na comparação 12 meses pela primeira vez no ano.

Contribuindo para o desempenho negativo no ano, o Estado de São Paulo, responsável por 25% do estoque de trabalhadores da construção brasileira, fechou com uma retração superior à nacional, de 0,7% no acumulado de janeiro a dezembro. Em termos relativos, o pior desempenho ocorreu na região Centro-Oeste (-2,55%), resultado puxado pelo Distrito Federal, que viu o número de empregos no setor encolher 8,7% no ano passado. A Região Sul foi a única a ter aumento no total de empregados (3,1%).

O número de ocupados na construção nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE também registrou redução no ano passado. A queda de 1,78% foi superior à média de todos os setores da economia (-0,13%). Ainda assim, o rendimento médio real dos ocupados na construção registrou alta de 6,72% no ano passado.

Os custos da construção também acusaram o aumento real dos salários. O componente mão de obra do INCC-M registrou alta de 7,93% em 2014 - no entanto, essa foi a menor taxa desde 2009.

É importante observar que, ao contrário dos anos anteriores, quando as empresas iniciavam o processo de contratação nos primeiros meses, compensando a retração do final do ano, a atividade enfraquecida do setor não vai contribuir para a re-

cuperação do estoque de trabalhadores, que deverá se manter abaixo do patamar do ano passado. Pode-se esperar, portanto, nova queda do emprego em 2015, que deverá fechar o primeiro semestre com retração de 5% em relação ao mesmo período de 2014. O segmento imobiliário manterá o movimento de retração dos dois anos anteriores, consequência da diminuição dos lançamentos. Mas é a combinação de queda nos investimentos da Petrobras e paralisação de obras do PAC que deve ter os piores efeitos sobre mercado de trabalho: o emprego no segmento de infraestrutura deve fechar semestre com queda superior a 10%.

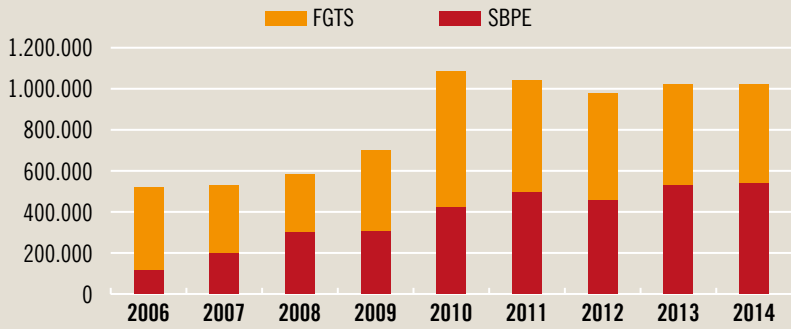
## Crédito

O ano passado foi bastante difícil para o mercado imobiliário, que viu o número de lançamentos e vendas realizadas em grande parte das cidades do País registrar nova queda. O mercado de crédito para a habitação refletiu o fim do ciclo imobiliário e também o aperto monetário que levou ao aumento das taxas de juros. Empresas e famílias viram o crédito tornar-se mais caro e difícil.

Em 2014, as concessões de financiamento habitacional com recursos da poupança somaram R$ 112,9 bilhões, correspondendo a 538,3 mil unidades financiadas. Na comparação com 2013, houve crescimento de 3,4% e 1,6% respectivamente. O fim do ciclo imobiliário refletiu-se na composição do crédito: caíram os financiamentos à produção (-2,6%) e aumentaram aqueles voltados à aquisição de imóveis prontos (5,9%). Por sua vez, 486,2 mil unidades foram financiadas com recursos do FGTS, totalizando R$ 44 bilhões de recursos, um aumento de 9,5% em relação 2013.

Para 2015, a Abecip estima crescimento de 5% do volume de financiamento com recursos da poupança, o que representa cerca de R$ 119 bilhões. Por sua vez, o orçamento do FGTS deverá crescer 6% alcançando R$ 76,9 bilhões, sendo R$ 56,5 bilhões direcionados para a habitação. No entanto, com as perspectivas de um ano difícil que deve afetar o mercado de trabalho, a questão é se a demanda por empréstimos se manterá no mesmo patamar.

**Gráfico 2 – Crédito habitacional**
(unidades financiadas)




Fonte: **Abecip, CEF**

Para as faixas de menor renda, onde está o público do PMCMV, não houve elevação da taxa de juros e o programa conta com um volume importante de subsídios que complementam a renda das famílias. No entanto as regras da fase de transição do programa ainda não foram definidas.

## Indústria e comércio

A produção de insumos típicos da construção caiu 5,7% em 2014 – o pior resultado da indústria de materiais desde 2009, quando a pesquisa do IBGE indicou uma retração superior a 6%. Os números negativos do cimento e de artigos de fibrocimento, de -2,3% e -4,1%, respectivamente, indicam uma retração que atingiu mais fortemente a parte inicial do processo de produção – os materiais básicos. Os materiais de acabamento ainda foram beneficiados pelas obras em sua etapa final: a produção de produtos cerâmicos encerrou o ano com elevação de 3,4%.

Para os próximos meses, a sondagem da indústria de materiais de janeiro da **FGV** mostrou o empresário um pouco mais confiante. No entanto, com a demanda mais fraca das empresas e das famílias, não é possível esperar uma recuperação em 2015. A produção de insumos deverá fechar o primeiro semestre ainda com queda de 2,7% em relação ao último semestre de 2014 e uma nova retração no ano.

O consumo das famílias também foi afetado pelas condições mais difíceis de acesso ao crédito e perda de poder aquisitivo, embora os materiais de construção tenham se elevado menos que a inflação medida pelo IPCA no ano passado. O componente materiais e equipamento do INCC-M subiu 5,51% em 2014, uma taxa inferior à observada em 2013, de 6,89%.

O volume de vendas do comércio de materiais de construção registrou crescimento nulo em 2014. Vale lembrar que no anterior houve crescimento de 6,9%.

## Perspectivas

As expectativas para 2015 estão sendo afetadas pela dinâmica do ajuste macroeconômico que vem se desenhando. As altas de preços energia e de insumos básicos da petroquímica terão impacto direto nos custos da cadeia da construção. O mesmo deverá ocorrer em razão das alterações nas regras da desoneração da folha de pagamentos. Adicionalmente, as obras que dependem do poder público em suas várias esferas têm sofrido cortes e atrasos. A sondagem da **FGV** realizada em fevereiro indicou que, até então, a maioria das empresas do setor não tem sido afetada pelas interrupções de energia e água – 74,2% e 79,7%, respectivamente.

Vistos em conjunto, todos esses elementos da conjuntura explicam a rápida deterioração das expectativas com relação a 2015. A maioria dos analistas já espera para o ano crescimento negativo do PIB e inflação acima de 7%. No caso dos preços administrados, espera-se alta superior a 10% no ano. Esse é um cenário altamente desafiador para as empresas, o que também vale para a construção civil.

# CUSTOS SETORIAIS EM ELEVAÇÃO

Nos dois primeiros meses de 2015, o INCC-M registrou alta de 1,21%, resultado superior ao do mesmo período de 2014, quando acumulou taxa de 1,14%. Em 12 meses, atingiu 6,80%.

Apesar da taxa mais elevada, a dinâmica que prevaleceu nos dois primeiros meses se distinguiu da que usualmente tem sido observada em anos anteriores, quando a mão de obra representa a maior fonte de pressão. A componente mão de obra tem taxa acumulada de 1,03%, inferior à observada no primeiro bimestre do ano passado (1,22%) e abaixo da taxa acumulada pelo componente materiais e equipamentos (1,18%). Nesses dois primeiros meses, o indicador do custo da mão de obra refletiu o acordo de Belo Horizonte, ocorrido no final de 2014 e antecipações em Salvador e Porto Alegre.

O item materiais e equipamentos evoluiu em sentido oposto, ou seja, registrou taxa mais elevada nesses dois primeiros meses – registrou variação de 1,18% contra alta de 0,92% nos dois primeiros meses de 2014. As principais contribuições no período vieram dos materiais de acabamento e de instalações, com taxas de 2,05% e 2%, respectivamente.

O componente serviços apresenta nos primeiros meses do ano maior elevação sazonal, em decorrência dos aumentos nas taxas das prefeituras e cartórios e também da elevação das tarifas de transporte urbano. Como em 2014, não houve mudança nas tarifas em várias regiões neste ano – o aumento acumulado mostra-se mais forte na comparação com 2014. Além dos dois itens, em 2015 veio se somar a aceleração do subgrupo refeição pronta no local de trabalho. Assim, o componente serviços registra taxa de 2,24% ante alta de 1,58% no ano passado.

A indústria de materiais deve sofrer em 2015 pressões de custos fortes advindas da elevação do preço de energia e do dólar, a despeito do contexto de demanda bastante enfraquecida. Por outro lado, com a atividade em queda, o mercado de trabalho também desaqueceu. Pesquisa da **FGV** realizada com empresários da construção de todo País mostrou que, atualmente, a principal preocupação do setor é com a demanda e não mais com a falta de trabalhadores qualificados. No balanço desses fatores, no entanto, tem prevalecido a pressão sobre custos.

## INDICADORES DA CONSTRUÇÃO


Materiais de construção – consumo e produção 22

Mercado imobiliário 23

Investimentos em habitação 24

Rentabilidade do mercado brasileiro de imóveis comerciais 25

Custo da construção residencial no Estado de São Paulo 26

Preços de materiais de construção no Estado de São Paulo 27

Emprego da construção nos Estados 28

Emprego da construção nos Estados 29

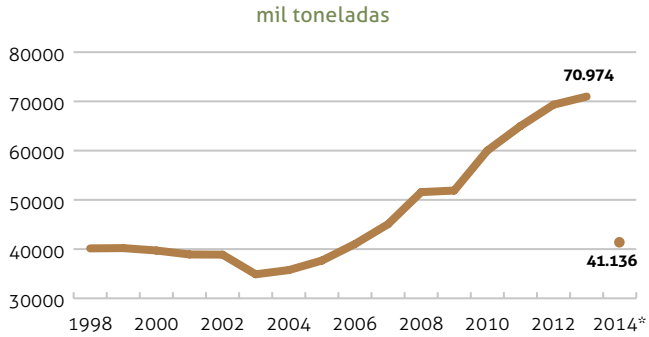
Emprego da construção brasileira por segmento 30

Emprego da construção paulista por segmento 31

# Materiais de construção – consumo e produção

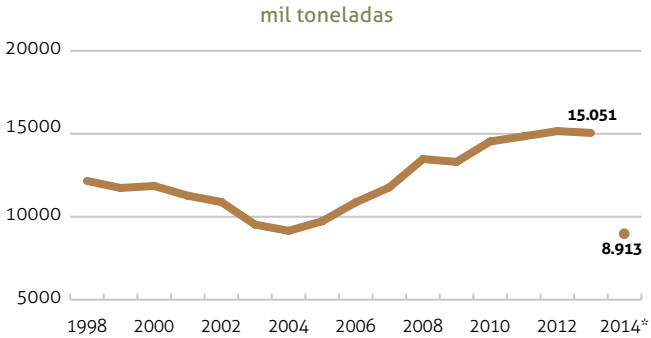
Até o terceiro trimestre de 2014, a produção e o consumo aparente de vergalhões caíram respectivamente 4,78% e 3,40% em relação ao mesmo período de 2013. A produção de materiais de construção registrou queda de 5,73% em 2014 na comparação com o ano anterior.

## CONSUMO DE CIMENTO ANUAL - BRASIL



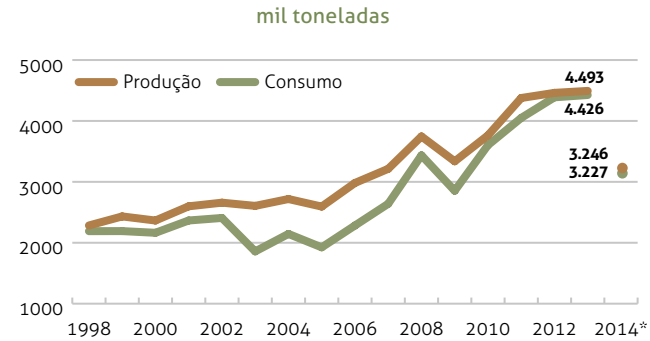

Fonte: SNIC

## CONSUMO DE CIMENTO ANUAL - SÃO PAULO



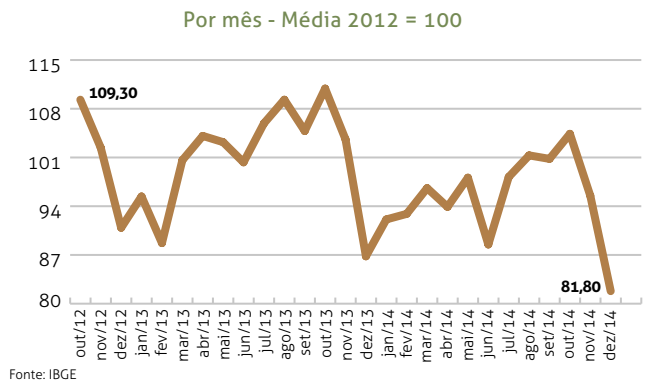

Fonte: SNIC *dados de março a julho são estimativas

## VERGALHÃO BRASIL




Fonte: MDIC-SECEX / Aço Brasil * dados referentes ao período de janeiro a setembro

## PRODUÇÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - BRASIL




Fonte: IBGE

| Período | | Consumo de cimento – Brasil – Mil t | Consumo de cimento – Brasil – Variação (%) No mês | Consumo de cimento – Brasil – Variação (%) No ano | Consumo de cimento – São Paulo – Mil t | Consumo de cimento – São Paulo – Variação (%) No mês | Consumo de cimento – São Paulo – Variação (%) No ano | Vergalhões - Brasil – Produção – Mil t | Vergalhões - Brasil – Produção – Variação (%) No mês | Vergalhões - Brasil – Produção – Variação (%) No ano | Vergalhões - Brasil – Consumo aparente – Mil t | Vergalhões - Brasil – Consumo aparente – Variação (%) No mês | Vergalhões - Brasil – Consumo aparente – Variação (%) No ano | Produção brasileira de materiais de construção (índice: média de 2002 = 100) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2013 | Set | 6.303 | -2,9 | 2,4 | 1.334 | -6,1 | -0,7 | 399 | 0,9 | -2,0 | 401 | -1,5 | -0,2 | 104,80 |
| | Out | 6.581 | 4,4 | 2,6 | 1.359 | 1,9 | -0,5 | 397 | -0,4 | -1,2 | 409 | 2,0 | 1,0 | 110,90 |
| | Nov | 6.062 | -7,9 | 2,6 | 1.222 | -10,1 | -0,9 | 405 | 2,0 | 0,0 | 392 | -4,0 | 2,1 | 103,60 |
| | Dez | 5.128 | -15,4 | 2,4 | 1.059 | -13,3 | -0,7 | 282 | -30,4 | 0,7 | 283 | -27,7 | 0,9 | 86,80 |
| 2014 | Jan | 6.003 | 17,1 | 6,1 | 1.212 | 14,5 | 4,7 | 364 | 29,2 | 10,7 | 363 | 28,0 | 12,9 | 92,10 |
| | Fev | 5.715 | -4,8 | 8,5 | 1.209 | -0,3 | 6,1 | 359 | -1,4 | 6,4 | 373 | 2,8 | 14,7 | 92,90 |
| | Mar* | 5.719 | 0,1 | 6,5 | 1.296 | 7,2 | 5,5 | 396 | 10,1 | 4,6 | 360 | -3,5 | 6,6 | 96,60 |
| | Abr* | 5.785 | 1,2 | 3,8 | 1.285 | -0,8 | 4,0 | 389 | -1,7 | 4,0 | 328 | -8,8 | 0,8 | 93,90 |
| | Mai* | 6.143 | 6,2 | 3,2 | 1.359 | 5,7 | 4,1 | 372 | -4,3 | 1,4 | 384 | 17,0 | 0,0 | 98,10 |
| | Jun* | 5.505 | -10,4 | 2,4 | 1.189 | -12,5 | 3,1 | 335 | -9,9 | -0,8 | 319 | -17,0 | -0,9 | 88,50 |
| | Jul* | 6.265 | 13,8 | 1,8 | 1.364 | 14,7 | 3,0 | 328 | -2,3 | -2,8 | 368 | 15,5 | -1,5 | 98,20 |
| | Ago | | | | | | | 345 | 5,2 | -4,1 | 380 | 3,3 | -2,2 | 101,30 |
| | Set | | | | | | | 359 | 4,0 | -4,8 | 352 | -7,4 | -3,4 | 100,80 |
| | Out | | | | | | | | | | | | | 104,40 |
| | Nov | | | | | | | | | | | | | 95,50 |
| | Dez | | | | | | | | | | | | | 81,80 |

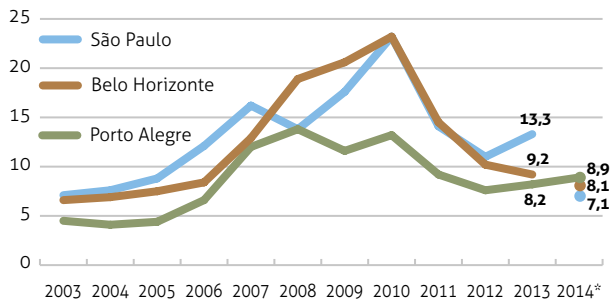
Fonte: SNIC, IABr e IBGE.
* Dados para consumo de cimento são preliminares.

# Mercado imobiliário

O número de lançamentos na capital paulista registrou declínio de 3,2% nos últimos 12 meses encerrados em janeiro, comparados aos 12 meses anteriores. Nessa mesma base, os lançamentos na Região Metropolitana de São Paulo (excluindo a capital) tiveram queda de 22,7%.

## VELOCIDADE DE VENDAS

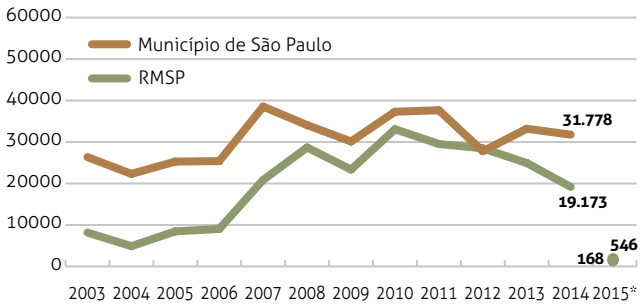
em % – média anual




Fonte: CBIC * dados de São Paulo e Belo Horizonte até novembro

## LANÇAMENTOS

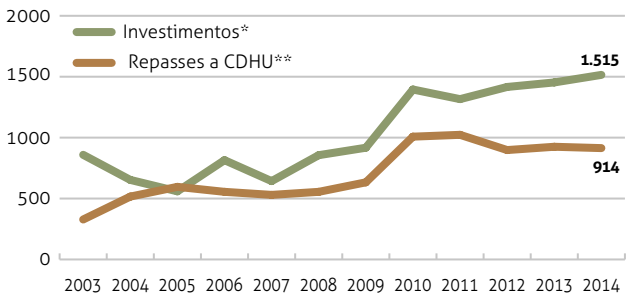
unidades




Fonte: Embraesp *dados até janeiro

## INVESTIMENTO EM HABITAÇÃO CDHU

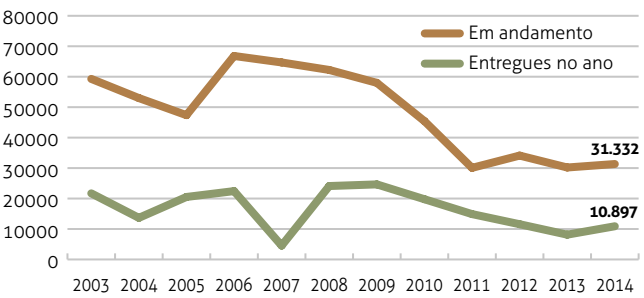
R$ mil




Fonte: Secretaria da Fazenda SP e CDHU

## UNIDADES HABITACIONAIS

São Paulo




Fonte: CDHU

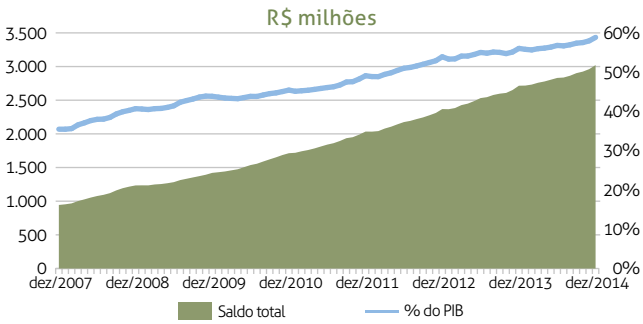
| Período | Velocidade de venda (%) | | | Lançamentos | | | | | | ICMS no Estado de São Paulo | | CDHU | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Município de São Paulo | | | RMSP | | | | | Unidades habitacionais | |
| | | | | | Variação (%) | | | Variação (%) | | | | | |
| | Belo Horizonte | Porto Alegre | São Paulo | Unidades | No mês | Em 12 meses | Unidades | No mês | Em 12 meses | Repasses à CDHU (R$milhões) | Investimentos (R$milhões) | Entregues no ano | Em andamento (média do ano) |
| **2013 Out** | 4,6 | 7,4 | 11,4 | 2.954 | -0,3 | 9,9 | 3.796 | 21,9 | 21,3 | 124 | 140 | 538 | 34.714 |
| **Nov** | 2,1 | 4,9 | 12,9 | 4.997 | 69,2 | 7,8 | 3.808 | 0,3 | 23,3 | 44 | 108 | 384 | 34.323 |
| **Dez** | 7,2 | 8,1 | 12,4 | 4.023 | -19,5 | 19,5 | 4.548 | 19,4 | -12,4 | 120 | 162 | 4.783 | 30.193 |
| **2014 Jan** | 8,2 | 5,7 | 5,2 | 413 | -89,7 | 18,7 | 353 | -92,2 | -15,6 | 133 | 156 | 205 | 30.482 |
| **Fev** | 5,4 | 16,1 | 5,0 | 940 | 127,6 | 13,8 | 386 | 9,3 | -15,9 | 62 | 92 | 201 | 31.268 |
| **Mar** | 11,7 | 6,7 | 8,2 | 2.555 | 171,8 | 7,9 | 1.353 | 250,5 | -13,8 | 88 | 126 | 205 | 33.845 |
| **Abr** | 4,5 | 12,8 | 9,8 | 2.358 | -7,7 | 2,9 | 987 | -27,1 | -17,8 | 88 | 97 | 544 | 34.467 |
| **Mai** | 8,3 | 7,0 | 9,4 | 2.681 | 13,7 | 3,4 | 1.440 | 45,9 | -16,7 | 78 | 149 | 657 | 37.066 |
| **Jun** | 7,0 | 6,5 | 4,8 | 2.413 | -10,0 | -7,0 | 2.549 | 77,0 | -20,3 | 58 | 95 | 1.439 | 35.811 |
| **Jul** | 4,8 | 6,4 | 3,4 | 973 | -59,7 | -7,4 | 759 | -70,2 | -13,8 | 99 | 147 | 1.247 | 35.994 |
| **Ago** | 10,5 | 9,7 | 7,7 | 2.115 | 117,4 | -11,9 | 1.251 | 64,8 | -12,6 | 133 | 176 | 862 | 34.707 |
| **Set** | 5,0 | 6,9 | 11,1 | 4.018 | 90,0 | -6,4 | 1.890 | 51,1 | -18,2 | 58 | 97 | 713 | 34.155 |
| **Out** | 6,8 | 6,5 | 3,9 | 2.336 | -41,9 | -9,9 | 2.472 | 30,8 | -27,1 | 117 | 169 | 363 | 33.981 |
| **Nov** | 17,4 | 6,8 | 10,1 | 6.301 | 169,7 | -6,3 | 2.783 | 12,6 | -30,7 | | 94 | 867 | 33.117 |
| **Dez** | | 16,0 | | 4.675 | -25,8 | -4,3 | 2.950 | 6,0 | -23,1 | | 117 | 3.594 | 31.332 |
| **2015 Jan** | | | | 546 | -88,3 | -3,2 | 168 | -94,3 | -22,7 | | | | |

Fonte: Secovi-SP, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, CDHU e Bacen/Decad

# Investimentos em habitação

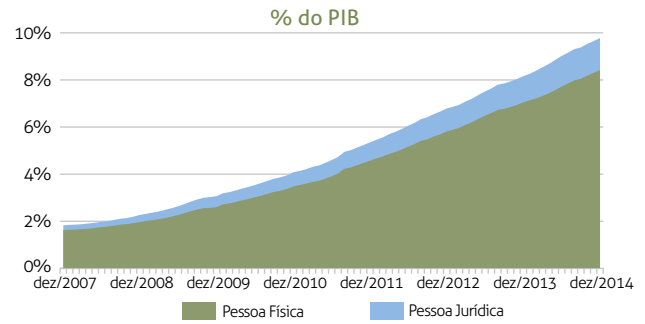
Em dezembro de 2014, o saldo total da carteira de crédito com recursos direcionados para financiamento imobiliário alcançou o patamar de R$ 500 bilhões. O número de concessões de créditos com recursos direcionados para financiamentos imobiliários subiu 14,3% nos últimos 12 meses, impulsionado principalmente pelo aumento de 27,9% no número de concessões a pessoas jurídicas.

## CARTEIRA DE CRÉDITO



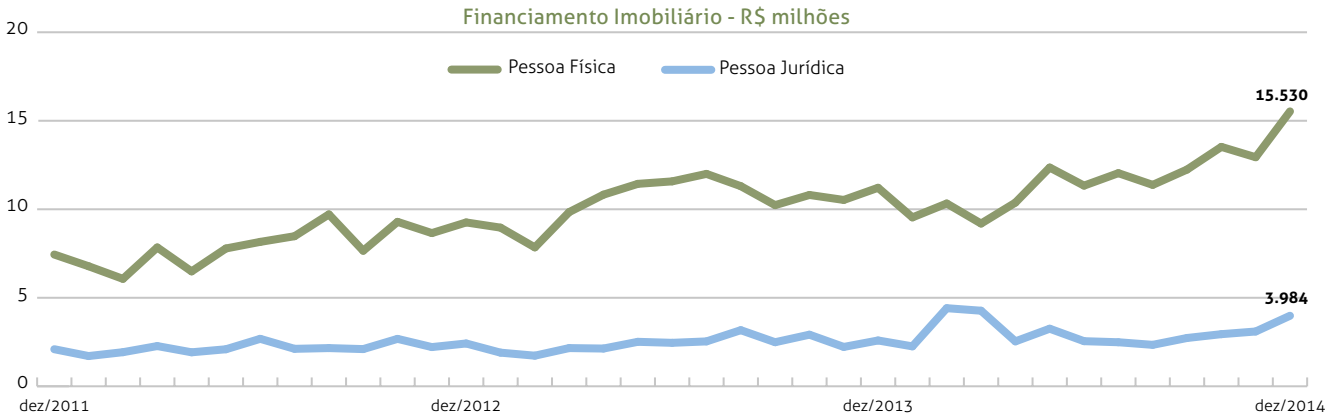

Fonte: Banco Central

## FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO




Fonte: Banco Central

## CONCESSÕES DE CRÉDITO




Fonte: Banco Central

## SBPE mês a mês

| Período | | Saldo Total da Carteira de Crédito | | Saldo Total de Financiamento Imobiliário | | Saldo de Financiamento Imobiliário - Pessoa Jurídica | | Saldo de Financiamento Imobiliário - Pessoa Física | | Concessões de crédito com recursos direcionados - Financiamento Imobiliário | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | (R$) milhões | % do PIB | Total - R$ (milhões) | % do Crédito Total | % do PIB | % do Crédito Imobiliário | % do PIB | % do Crédito Imobiliário | Total | Pessoa Jurídica | Pessoa Física |
| **2013** | **Nov** | 2.650.873 | 55,12% | 386.677 | 14,59% | 1,10% | 13,65% | 6,94% | 86,35% | 12.750 | 2.223 | 10.527 |
| | **Dez** | 2.715.371 | 56,05% | 395.241 | 14,56% | 1,11% | 13,61% | 7,05% | 86,39% | 13.803 | 2.588 | 11.215 |
| **2014** | **Jan** | 2.717.271 | 55,81% | 402.090 | 14,80% | 1,12% | 13,52% | 7,14% | 86,48% | 11.796 | 2.255 | 9.541 |
| | **Fev** | 2.732.002 | 55,66% | 411.892 | 15,08% | 1,17% | 13,91% | 7,22% | 86,09% | 14.738 | 4.412 | 10.326 |
| | **Mar** | 2.759.446 | 55,98% | 421.134 | 15,26% | 1,22% | 14,33% | 7,32% | 85,67% | 13.462 | 4.269 | 9.193 |
| | **Abr** | 2.778.268 | 56,12% | 429.362 | 15,45% | 1,25% | 14,38% | 7,43% | 85,62% | 12.913 | 2.537 | 10.376 |
| | **Mai** | 2.804.567 | 56,38% | 440.092 | 15,69% | 1,28% | 14,44% | 7,57% | 85,56% | 15.611 | 3.253 | 12.358 |
| | **Jun** | 2.830.941 | 56,81% | 449.390 | 15,87% | 1,30% | 14,44% | 7,72% | 85,56% | 13.884 | 2.548 | 11.336 |
| | **Jul** | 2.836.879 | 56,69% | 458.695 | 16,17% | 1,31% | 14,33% | 7,85% | 85,67% | 14.529 | 2.488 | 12.041 |
| | **Ago** | 2.863.474 | 56,97% | 467.747 | 16,33% | 1,33% | 14,26% | 7,98% | 85,74% | 13.719 | 2.341 | 11.378 |
| | **Set** | 2.901.996 | 57,38% | 474.393 | 16,35% | 1,33% | 14,21% | 8,05% | 85,79% | 14.971 | 2.728 | 12.243 |
| | **Out** | 2.924.639 | 57,53% | 484.378 | 16,56% | 1,35% | 14,12% | 8,18% | 85,88% | 16.469 | 2.944 | 13.525 |
| | **Nov** | 2.961.414 | 57,97% | 493.071 | 16,65% | 1,35% | 14,02% | 8,30% | 85,98% | 16.035 | 3.095 | 12.940 |
| | **Dez** | 3.021.772 | 58,86% | 502.433 | 16,63% | 1,36% | 13,92% | 8,42% | 86,08% | 19.514 | 3.984 | 15.530 |

Fonte: Bacen/Decad, CBIC

# Rentabilidade do mercado brasileiro de imóveis comerciais

O IGMI-C é um índice de rentabilidade do mercado brasileiro de imóveis comerciais e seu objetivo é retratar a evolução da valorização dos preços e dos rendimentos do segmento de imóveis comerciais em todo o Brasil. Em 2014, o índice elevou-se 14,23% em relação ao ano anterior.

| | | Índice geral do mercado imobiliário brasileiro - Comercial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | | | | Capital | | | | Renda | | | |
| | | Índice (base 1°tri/ 2000 = 100) | Variação (%) | | | Índice (base 1°tri/ 2000 = 100) | Variação (%) | | | Índice (base 1°tri/ 2000 = 100) | Variação (%) | | |
| Período | | | No trimestre | No ano | Em 12 meses | | No trimestre | No ano | Em 12 meses | | No trimestre | No ano | Em 12 meses |
| **2003** | 1 | 172,26 | 5,87 | 5,87 | 18,65 | 133,03 | 3,99 | 3,99 | 8,60 | 130,27 | 1,88 | 1,88 | 9,45 |
| | 2 | 180,39 | 4,72 | 10,87 | 19,18 | 135,71 | 2,01 | 6,09 | 9,24 | 133,79 | 2,71 | 4,64 | 9,30 |
| | 3 | 186,86 | 3,59 | 14,84 | 18,62 | 138,11 | 1,77 | 7,96 | 9,23 | 136,23 | 1,82 | 6,54 | 8,80 |
| | 4 | 193,23 | 3,41 | 18,76 | 18,76 | 140,82 | 1,96 | 10,08 | 10,08 | 138,20 | 1,44 | 8,08 | 8,08 |
| **2004** | 1 | 201,32 | 4,19 | 4,19 | 16,87 | 144,32 | 2,49 | 2,49 | 8,49 | 140,55 | 1,70 | 1,70 | 7,89 |
| | 2 | 208,50 | 3,56 | 7,90 | 15,58 | 146,19 | 1,29 | 3,81 | 7,72 | 143,74 | 2,27 | 4,01 | 7,43 |
| | 3 | 213,52 | 2,41 | 10,50 | 14,26 | 147,39 | 0,82 | 4,67 | 6,72 | 146,02 | 1,58 | 5,66 | 7,18 |
| | 4 | 218,62 | 2,39 | 13,14 | 13,14 | 148,83 | 0,97 | 5,69 | 5,69 | 148,09 | 1,42 | 7,15 | 7,15 |
| **2005** | 1 | 223,55 | 2,26 | 2,26 | 11,04 | 150,47 | 1,10 | 1,10 | 4,26 | 149,79 | 1,15 | 1,15 | 6,58 |
| | 2 | 231,19 | 3,42 | 5,75 | 10,89 | 152,25 | 1,18 | 2,30 | 4,14 | 153,15 | 2,24 | 3,42 | 6,54 |
| | 3 | 239,23 | 3,47 | 9,43 | 12,04 | 154,86 | 1,72 | 4,06 | 5,07 | 155,84 | 1,76 | 5,23 | 6,72 |
| | 4 | 245,11 | 2,46 | 12,12 | 12,12 | 156,79 | 1,25 | 5,35 | 5,35 | 157,72 | 1,21 | 6,51 | 6,51 |
| **2006** | 1 | 254,73 | 3,93 | 3,93 | 13,95 | 160,96 | 2,66 | 2,66 | 6,97 | 159,73 | 1,27 | 1,27 | 6,63 |
| | 2 | 266,87 | 4,76 | 8,88 | 15,43 | 164,89 | 2,44 | 5,16 | 8,30 | 163,44 | 2,32 | 3,62 | 6,72 |
| | 3 | 275,79 | 3,34 | 12,52 | 15,28 | 167,59 | 1,64 | 6,88 | 8,22 | 166,22 | 1,70 | 5,39 | 6,66 |
| | 4 | 285,60 | 3,56 | 16,52 | 16,52 | 169,81 | 1,33 | 8,30 | 8,30 | 169,93 | 2,23 | 7,74 | 7,74 |
| **2007** | 1 | 297,88 | 4,30 | 4,30 | 16,94 | 174,82 | 2,95 | 2,95 | 8,61 | 172,22 | 1,35 | 1,35 | 7,82 |
| | 2 | 311,55 | 4,59 | 9,08 | 16,74 | 178,45 | 2,07 | 5,09 | 8,22 | 176,55 | 2,52 | 3,90 | 8,03 |
| | 3 | 326,45 | 4,79 | 14,30 | 18,37 | 183,11 | 2,61 | 7,83 | 9,26 | 180,39 | 2,17 | 6,15 | 8,52 |
| | 4 | 343,62 | 5,26 | 20,32 | 20,32 | 187,88 | 2,61 | 10,64 | 10,64 | 185,18 | 2,65 | 8,97 | 8,97 |
| **2008** | 1 | 371,69 | 8,17 | 8,17 | 24,78 | 196,61 | 4,64 | 4,64 | 12,46 | 191,70 | 3,52 | 3,52 | 11,31 |
| | 2 | 394,70 | 6,19 | 14,86 | 26,69 | 202,37 | 2,93 | 7,71 | 13,41 | 197,94 | 3,25 | 6,89 | 12,11 |
| | 3 | 416,59 | 5,55 | 21,23 | 27,61 | 206,91 | 2,24 | 10,13 | 13,00 | 204,49 | 3,31 | 10,43 | 13,36 |
| | 4 | 443,58 | 6,48 | 29,09 | 29,09 | 212,69 | 2,79 | 13,20 | 13,20 | 212,02 | 3,69 | 14,50 | 14,50 |
| **2009** | 1 | 481,10 | 8,46 | 8,46 | 29,43 | 223,33 | 5,00 | 5,00 | 13,59 | 219,35 | 3,46 | 3,46 | 14,42 |
| | 2 | 513,30 | 6,69 | 15,72 | 30,05 | 230,70 | 3,30 | 8,47 | 14,00 | 226,79 | 3,39 | 6,96 | 14,57 |
| | 3 | 538,21 | 4,85 | 21,33 | 29,19 | 234,83 | 1,79 | 10,41 | 13,49 | 233,74 | 3,06 | 10,24 | 14,31 |
| | 4 | 568,49 | 5,63 | 28,16 | 28,16 | 240,13 | 2,26 | 12,90 | 12,90 | 241,61 | 3,37 | 13,95 | 13,95 |
| **2010** | 1 | 605,38 | 6,49 | 6,49 | 25,83 | 248,30 | 3,40 | 3,40 | 11,18 | 249,07 | 3,09 | 3,09 | 13,55 |
| | 2 | 640,38 | 5,78 | 12,65 | 24,76 | 254,97 | 2,69 | 6,18 | 10,52 | 256,78 | 3,09 | 6,28 | 13,22 |
| | 3 | 675,01 | 5,41 | 18,74 | 25,42 | 260,87 | 2,31 | 8,64 | 11,09 | 264,72 | 3,09 | 9,57 | 13,26 |
| | 4 | 713,45 | 5,69 | 25,50 | 25,50 | 265,93 | 1,94 | 10,74 | 10,74 | 274,66 | 3,75 | 13,68 | 13,68 |
| **2011** | 1 | 748,68 | 4,94 | 4,94 | 23,67 | 270,61 | 1,76 | 1,76 | 8,99 | 283,39 | 3,18 | 3,18 | 13,78 |
| | 2 | 780,81 | 4,29 | 9,44 | 21,93 | 274,53 | 1,45 | 3,24 | 7,67 | 291,45 | 2,84 | 6,11 | 13,50 |
| | 3 | 809,99 | 3,74 | 13,53 | 20,00 | 277,18 | 0,96 | 4,23 | 6,25 | 299,53 | 2,77 | 9,05 | 13,15 |
| | 4 | 842,12 | 3,97 | 18,04 | 18,04 | 280,71 | 1,27 | 5,56 | 5,56 | 307,60 | 2,69 | 11,99 | 11,99 |
| **2012** | 1 | 878,79 | 4,35 | 4,35 | 17,38 | 285,25 | 1,62 | 1,62 | 5,41 | 316,02 | 2,74 | 2,74 | 11,51 |
| | 2 | 910,98 | 3,66 | 8,18 | 16,67 | 288,71 | 1,21 | 2,85 | 5,16 | 323,76 | 2,45 | 5,25 | 11,09 |
| | 3 | 946,61 | 3,91 | 12,41 | 16,87 | 293,00 | 1,49 | 4,38 | 5,71 | 331,60 | 2,42 | 7,80 | 10,71 |
| | 4 | 991,02 | 4,69 | 17,68 | 17,68 | 298,92 | 2,02 | 6,49 | 6,49 | 340,46 | 2,67 | 10,68 | 10,68 |
| **2013** | 1 | 1.037,18 | 4,66 | 4,66 | 18,02 | 305,38 | 2,16 | 2,16 | 7,06 | 348,97 | 2,50 | 2,50 | 10,43 |
| | 2 | 1.081,88 | 4,31 | 9,17 | 18,76 | 311,69 | 2,07 | 4,27 | 7,96 | 356,80 | 2,24 | 4,80 | 10,20 |
| | 3 | 1.126,83 | 4,15 | 13,70 | 19,04 | 317,48 | 1,86 | 6,21 | 8,35 | 365,00 | 2,30 | 7,21 | 10,07 |
| | 4 | 1.171,54 | 3,97 | 18,22 | 18,22 | 322,32 | 1,52 | 7,83 | 7,83 | 373,91 | 2,44 | 9,83 | 9,83 |
| **2014** | 1 | 1.214,21 | 3,64 | 3,64 | 17,07 | 326,12 | 1,18 | 1,18 | 6,79 | 383,12 | 2,46 | 2,46 | 9,79 |
| | 2 | 1.257,80 | 3,59 | 7,36 | 16,26 | 330,70 | 1,40 | 2,60 | 6,10 | 391,50 | 2,19 | 4,70 | 9,73 |
| | 3 | 1.299,91 | 3,35 | 10,96 | 15,36 | 334,38 | 1,11 | 3,74 | 5,32 | 400,25 | 2,23 | 7,04 | 9,66 |
| | 4 | 1.338,26 | 2,95 | 14,23 | 14,23 | 336,69 | 0,69 | 4,46 | 4,46 | 409,29 | 2,26 | 9,46 | 9,46 |

O IGMI-C é um índice de rentabilidade do mercado brasileiro de imóveis comerciais, cujo objetivo é retratar a evolução da valorização dos preços e dos rendimentos do segmento de imóveis comerciais em todo o Brasil.
Fonte: FGV

# Custo da construção residencial no Estado de São Paulo

O Custo Unitário Básico (CUB) representa o custo por metro quadrado de construção residencial do projeto-padrão R8-N, calculado de acordo com NBR 12721/2006. Nos últimos 12 meses, o Índice de Custo Global subiu 6,66%, impulsionado pelo aumento de 8,84% no Índice de Custo com mão de obra.

| | | Custo da construção residencial no Estado de São Paulo - Padrão R8-N | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Global | | | | Mão-de-obra | | | | Material | | | |
| | | Índice | Variação (%) | | | Índice | Variação (%) | | | Índice | Variação (%) | | |
| Período | | (Base Fev/ 07 = 100) | No mês | No ano | Em 12 meses | (base Fev/ 07 = 100) | No mês | No ano | Em 12 meses | (base Fev/ 07 = 100) | No mês | No ano | Em 12 meses |
| **2011** | **Jul** | 136,95 | 0,06 | 5,49 | 5,20 | 148,45 | 0,06 | 8,41 | 8,48 | 124,30 | 0,08 | 1,83 | 1,11 |
| | **Ago** | 137,04 | 0,07 | 5,56 | 5,13 | 148,45 | 0,00 | 8,41 | 8,41 | 124,38 | 0,06 | 1,89 | 0,96 |
| | **Set** | 137,23 | 0,14 | 5,71 | 5,43 | 148,65 | 0,13 | 8,56 | 8,56 | 124,57 | 0,15 | 2,05 | 1,45 |
| | **Out** | 137,30 | 0,05 | 5,76 | 5,62 | 148,65 | 0,00 | 8,56 | 8,56 | 124,73 | 0,13 | 2,18 | 1,86 |
| | **Nov** | 137,40 | 0,07 | 5,84 | 5,84 | 148,84 | 0,13 | 8,70 | 8,70 | 124,75 | 0,02 | 2,20 | 2,19 |
| | **Dez** | 137,42 | 0,01 | 5,85 | 5,85 | 148,93 | 0,06 | 8,76 | 8,76 | 124,69 | -0,05 | 2,15 | 2,15 |
| **2012** | **Jan** | 137,55 | 0,10 | 0,10 | 5,66 | 149,02 | 0,06 | 0,06 | 8,40 | 124,86 | 0,14 | 0,14 | 2,15 |
| | **Fev** | 138,04 | 0,35 | 0,45 | 5,87 | 149,62 | 0,40 | 0,46 | 8,83 | 125,26 | 0,32 | 0,46 | 2,10 |
| | **Mar** | 138,59 | 0,40 | 0,85 | 6,18 | 150,18 | 0,37 | 0,84 | 9,13 | 125,82 | 0,45 | 0,91 | 2,47 |
| | **Abr** | 138,79 | 0,14 | 1,00 | 6,10 | 150,18 | 0,00 | 0,84 | 9,08 | 126,24 | 0,33 | 1,24 | 2,34 |
| | **Mai** | 143,34 | 3,28 | 4,31 | 6,04 | 158,01 | 5,21 | 6,10 | 8,49 | 127,25 | 0,80 | 2,05 | 2,97 |
| | **Jun** | 145,82 | 1,73 | 6,11 | 6,54 | 162,44 | 2,81 | 9,07 | 9,49 | 127,45 | 0,16 | 2,21 | 2,60 |
| | **Jul** | 146,52 | 0,48 | 6,62 | 6,99 | 163,33 | 0,55 | 9,67 | 10,02 | 128,00 | 0,43 | 2,65 | 2,98 |
| | **Ago** | 146,72 | 0,14 | 6,77 | 7,06 | 163,33 | 0,00 | 9,67 | 10,02 | 128,43 | 0,34 | 3,00 | 3,26 |
| | **Set** | 146,83 | 0,07 | 6,85 | 7,00 | 163,26 | -0,04 | 9,62 | 9,83 | 128,74 | 0,24 | 3,25 | 3,35 |
| | **Out** | 147,12 | 0,20 | 7,06 | 7,15 | 163,44 | 0,11 | 9,74 | 9,95 | 128,16 | -0,45 | 2,78 | 2,75 |
| | **Nov** | 147,39 | 0,18 | 7,26 | 7,27 | 163,90 | 0,28 | 10,05 | 10,12 | 129,20 | 0,81 | 3,62 | 3,57 |
| | **Dez** | 147,44 | 0,03 | 7,29 | 7,29 | 163,90 | 0,00 | 10,05 | 10,05 | 129,31 | 0,09 | 3,71 | 3,71 |
| **2013** | **Jan** | 147,43 | -0,01 | -0,01 | 7,18 | 163,90 | 0,00 | 0,00 | 9,98 | 129,29 | -0,02 | -0,02 | 3,54 |
| | **Fev** | 147,42 | 0,00 | -0,01 | 6,80 | 163,90 | 0,00 | 0,00 | 9,54 | 129,27 | -0,02 | -0,03 | 3,20 |
| | **Mar** | 147,77 | 0,24 | 0,23 | 6,63 | 164,36 | 0,28 | 0,28 | 9,44 | 129,52 | 0,19 | 0,16 | 2,94 |
| | **Abr** | 148,03 | 0,18 | 0,40 | 6,66 | 164,52 | 0,10 | 0,38 | 9,55 | 129,91 | 0,30 | 0,46 | 2,91 |
| | **Mai** | 154,60 | 4,44 | 4,86 | 7,86 | 176,53 | 7,30 | 7,71 | 11,72 | 130,39 | 0,37 | 0,84 | 2,47 |
| | **Jun** | 156,76 | 1,39 | 6,32 | 7,50 | 180,00 | 1,97 | 9,82 | 10,81 | 130,82 | 0,33 | 1,17 | 2,64 |
| | **Jul** | 157,25 | 0,32 | 6,66 | 7,33 | 180,72 | 0,40 | 10,26 | 10,65 | 131,11 | 0,22 | 1,39 | 2,43 |
| | **Ago** | 157,51 | 0,16 | 6,83 | 7,35 | 180,84 | 0,07 | 10,34 | 10,72 | 131,51 | 0,31 | 1,70 | 2,40 |
| | **Set** | 157,70 | 0,12 | 6,96 | 7,40 | 180,95 | 0,06 | 10,40 | 10,84 | 131,78 | 0,21 | 1,91 | 2,36 |
| | **Out** | 157,97 | 0,17 | 7,14 | 7,37 | 181,07 | 0,07 | 10,48 | 10,79 | 132,21 | 0,33 | 2,24 | 3,16 |
| | **Nov** | 158,12 | 0,09 | 7,24 | 7,28 | 181,07 | 0,00 | 10,48 | 10,48 | 132,53 | 0,24 | 2,49 | 2,58 |
| | **Dez** | 158,21 | 0,06 | 7,30 | 7,30 | 181,23 | 0,09 | 10,57 | 10,57 | 132,56 | 0,02 | 2,51 | 2,51 |
| **2014** | **Jan** | 158,28 | 0,05 | 0,05 | 7,36 | 181,28 | 0,03 | 0,03 | 10,60 | 132,61 | 0,04 | 0,04 | 2,57 |
| | **Fev** | 158,65 | 0,23 | 0,28 | 7,61 | 181,71 | 0,24 | 0,27 | 10,87 | 132,93 | 0,24 | 0,28 | 2,83 |
| | **Mar** | 158,77 | 0,08 | 0,36 | 7,44 | 181,91 | 0,11 | 0,38 | 10,68 | 132,97 | 0,03 | 0,31 | 2,67 |
| | **Abr** | 159,02 | 0,15 | 0,51 | 7,42 | 181,96 | 0,03 | 0,41 | 10,60 | 133,44 | 0,35 | 0,66 | 2,72 |
| | **Mai** | 161,74 | 1,71 | 2,23 | 4,62 | 185,90 | 2,16 | 2,58 | 5,31 | 134,74 | 0,97 | 1,64 | 3,33 |
| | **Jun** | 166,21 | 2,77 | 5,06 | 6,03 | 193,59 | 4,14 | 6,82 | 7,55 | 135,52 | 0,58 | 2,23 | 3,59 |
| | **Jul** | 167,19 | 0,59 | 5,68 | 6,32 | 194,79 | 0,62 | 7,48 | 7,79 | 136,30 | 0,57 | 2,82 | 3,96 |
| | **Ago** | 167,97 | 0,47 | 6,17 | 6,65 | 196,02 | 0,63 | 8,16 | 8,40 | 136,61 | 0,23 | 3,06 | 3,88 |
| | **Set** | 167,99 | 0,01 | 6,18 | 6,52 | 196,02 | 0,00 | 8,16 | 8,33 | 136,50 | -0,08 | 2,98 | 3,58 |
| | **Out** | 168,19 | 0,12 | 6,31 | 6,48 | 196,43 | 0,21 | 8,39 | 8,48 | 136,39 | -0,09 | 2,89 | 3,16 |
| | **Nov** | 168,23 | 0,02 | 6,34 | 6,40 | 196,43 | 0,00 | 8,39 | 8,48 | 136,46 | 0,05 | 2,94 | 2,97 |
| | **Ago** | 167,97 | 0,47 | 6,17 | 6,65 | 196,02 | 0,63 | 8,16 | 8,40 | 136,61 | 0,23 | 3,06 | 3,88 |
| | **Set** | 167,99 | 0,01 | 6,18 | 6,52 | 196,02 | 0,00 | 8,16 | 8,33 | 136,50 | -0,08 | 2,98 | 3,58 |
| | **Out** | 168,19 | 0,12 | 6,31 | 6,48 | 196,43 | 0,21 | 8,39 | 8,48 | 136,39 | -0,09 | 2,89 | 3,16 |
| | **Nov** | 168,23 | 0,02 | 6,34 | 6,40 | 196,43 | 0,00 | 8,39 | 8,48 | 136,46 | 0,05 | 2,94 | 2,97 |
| | **Dez** | 168,28 | 0,03 | 6,37 | 6,37 | 196,43 | 0,00 | 8,39 | 8,39 | 136,57 | 0,08 | 3,03 | 3,03 |
| **2015** | **Jan** | 168,83 | 0,33 | 0,33 | 6,66 | 197,31 | 0,45 | 0,45 | 8,84 | 136,71 | 0,10 | 0,10 | 3,09 |

(*) Valor referente ao último mês do período.
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV

# Preços de materiais de construção no Estado de São Paulo*

Dentre os itens pesquisados, "Alimentação tipo marmitex nº 8" foi apontado pelas construtoras como aquele que mais subiu de preço nos últimos 12 meses em São Paulo, com uma alta de 13,89%. O único item a apresentar redução foi "Fechadura de tráfego moderado com acabamento em cromo", cujo preço unitário diminuiu 1,14% no período.

**Janeiro de 2015 – Ordem decrescente de variação percentual em 12 meses**

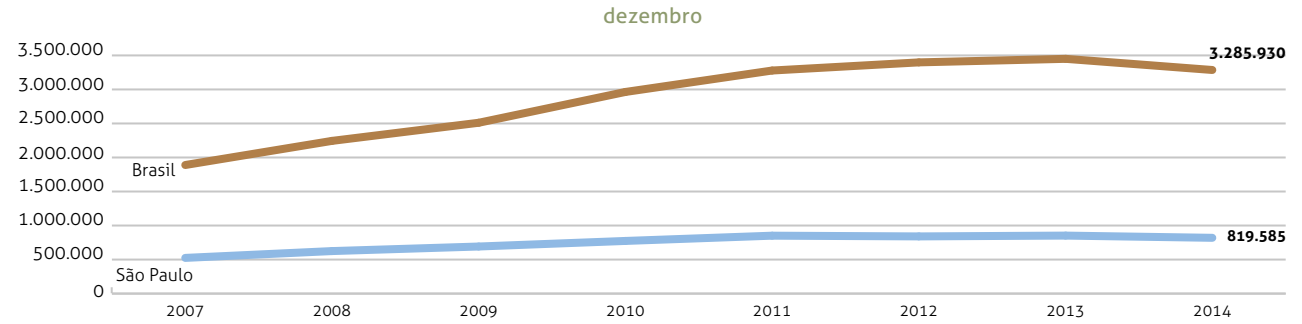
| | | | Variação (%) | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Material** | **Unidade** | **Preço** | **Mês** | **Ano** | **12 Meses** |
| Alimentação tipo marmitex nº 8 | unidade | 9,51 | 0,00 | 0,00 | 13,89 |
| Placa de gesso p/ forro s/ colocação | m² | 10,44 | 0,00 | 0,00 | 9,55 |
| Telha ondulada fibrocimento 6 mm | m² | 15,53 | 1,24 | 1,24 | 9,52 |
| Cimento CPE-32 saco 50 kg | saco | 20,59 | 0,05 | 0,05 | 7,52 |
| Tubo de ferro galv. c/ costura Ø 2 1/2" | m | 43,22 | 0,00 | 0,00 | 6,09 |
| Porta lisa p/ pintura 3,5 x 70 x 210 cm | unidade | 88,33 | 0,00 | 0,00 | 5,90 |
| Brita 2 | m³ | 73,46 | 0,48 | 0,48 | 5,87 |
| Disjuntor tripolar 70 A | unidade | 62,62 | 0,10 | 0,10 | 5,10 |
| Bacia sanit. branca c/ cx. acoplada 6 l | unidade | 169,87 | 0,24 | 0,24 | 5,08 |
| Chapa compensado plastificado 18 mm | m² | 28,86 | 0,00 | 0,00 | 4,91 |
| Emulsão asfáltica c/elastômero p/imperm. | kg | 6,94 | 0,00 | 0,00 | 4,52 |
| Tubo PVC-R rígido p/ esgoto Ø 150 mm | m | 23,22 | 0,00 | 0,00 | 4,45 |
| Registro de pressão cromado Ø=1,27 cm | unidade | 59,33 | 0,87 | 0,87 | 4,12 |
| **IGP-M - Janeiro/15** | **Índice** | **562,48** | **0,76** | **0,76** | **3,98** |
| Locação de betoneira elétrica 320 l | R$/mês | 196,83 | 0,00 | 0,00 | 3,69 |
| Aço CA-50 Ø 10 mm | kg | 3,59 | 0,00 | 0,00 | 3,16 |
| **CUB - Materiais** | **R$/m²** | **446,70** | **0,10** | **0,10** | **3,09** |
| Bancada de pia de mármore 2 x 0,6 x 0,02 cm | unidade | 282,84 | 0,00 | 0,00 | 3,08 |
| Placa cerâmica (azulejo) 15 x 15 cm 1ª linha PEI II | m² | 16,45 | 0,00 | 0,00 | 2,68 |
| Esquadrias correr 4 folhas al. 2,0 x 1,4m | m² | 303,95 | 0,00 | 0,00 | 1,92 |
| Fio cobre antichama isol. 750 V 2,5 mm² | rolo | 71,25 | 0,00 | 0,00 | 1,92 |
| Areia média lavada | m³ | 66,94 | 1,01 | 1,01 | 1,87 |
| Bloco de concreto 19 x 19 x 39 cm | unidade | 1,92 | 0,52 | 0,52 | 1,59 |
| Janela de correr 2 folhas 1,2 x 1,2 m | m² | 258,38 | 0,01 | 0,01 | 1,41 |
| Bloco cerâmico p/ alv vedação 9 x 19 x 19 cm | milheiro | 443,70 | 0,00 | 0,00 | 1,28 |
| Concreto FCK=25 MPa | m³ | 250,21 | 0,00 | 0,00 | 1,25 |
| Tinta látex branca PVA | lata | 162,71 | 0,79 | 0,79 | 1,01 |
| Vidro liso transparente 4 mm c/ massa | m² | 53,35 | 0,00 | 0,00 | 0,87 |
| Fechadura, tráfego moderado acab. cromo | unidade | 40,05 | 0,38 | 0,38 | -1,14 |

(*) Preços médios informados pelas construtoras
Fonte: Secon/SindusCon-SP

# Emprego da construção nos Estados

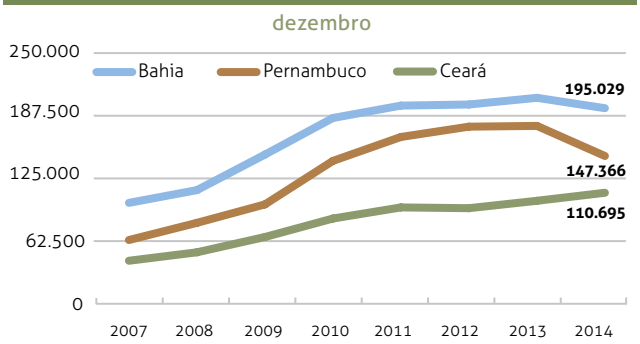
Em dezembro, o setor da construção empregava 3,29 milhões de pessoas. O Ceará e Santa Catarina se destacam na geração de empregos em comparação ao mesmo período do ano anterior, com altas de 7,8% e 3,6%, respectivamente. O nível de emprego no setor da construção no Amazonas, Amapá e Mato Grosso do Sul, por outro lado, ficou um quinto inferior ao registrado em dezembro de 2013.

## EMPREGO NA CONSTRUÇÃO CIVIL



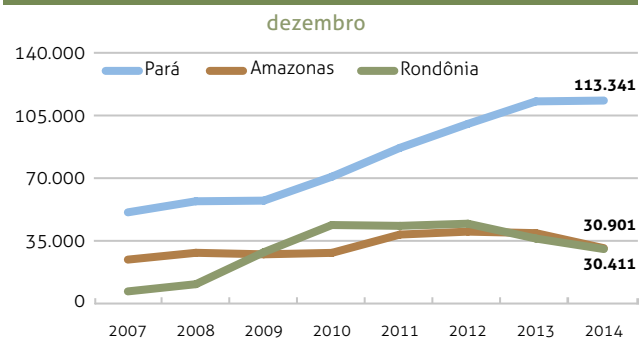

Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE

## ESTADOS QUE MAIS EMPREGAM NA REGIÃO NORDESTE




Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE

## ESTADOS QUE MAIS EMPREGAM NA REGIÃO NORTE




Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE

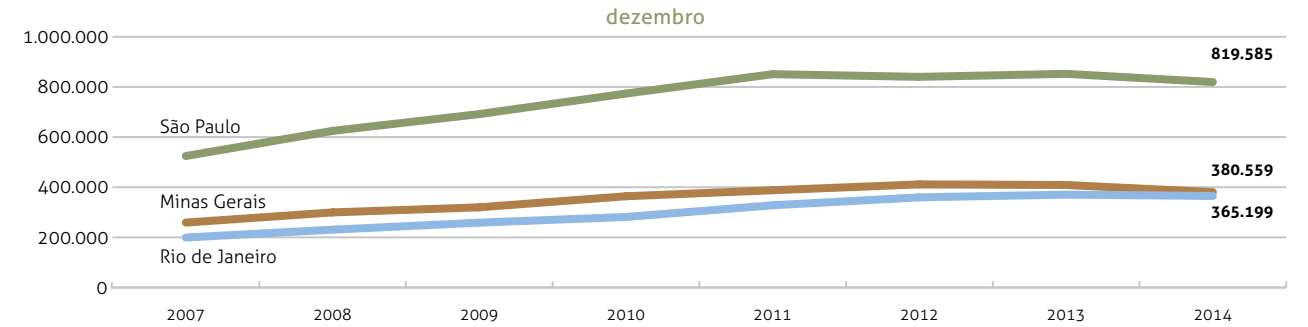
| | | Região Norte | | | | | | | Região Nordeste | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Período | | Rondônia | Acre | Amazonas | Roraima | Pará | Amapá | Tocantins | Maranhão | Piauí | Ceará | Rio Grande do Norte | Paraíba | Pernambuco | Alagoas | Sergipe | Bahia |
| 2013 | Ago | 42.803 | 8.866 | 41.265 | 4.171 | 109.579 | 9.363 | 15.535 | 61.074 | 37.692 | 100.325 | 50.723 | 47.504 | 175.401 | 36.007 | 32.684 | 206.602 |
| | Set | 42.233 | 8.995 | 40.730 | 4.185 | 114.774 | 9.564 | 15.548 | 62.733 | 37.562 | 101.883 | 51.586 | 47.550 | 178.656 | 36.614 | 33.291 | 210.265 |
| | Out | 41.021 | 9.080 | 40.919 | 4.136 | 116.531 | 9.621 | 15.520 | 64.416 | 38.320 | 102.689 | 51.221 | 47.481 | 177.711 | 37.829 | 33.369 | 207.383 |
| | Nov | 38.473 | 9.220 | 40.306 | 4.000 | 115.879 | 9.101 | 14.902 | 65.073 | 37.437 | 103.782 | 51.732 | 47.964 | 178.726 | 37.758 | 33.517 | 209.605 |
| | Dez | 36.297 | 8.807 | 39.305 | 4.052 | 112.883 | 8.614 | 14.050 | 62.869 | 36.556 | 102.701 | 50.821 | 48.004 | 177.374 | 36.953 | 32.394 | 205.370 |
| 2014 | Jan | 35.883 | 8.831 | 37.920 | 4.113 | 111.181 | 8.581 | 14.107 | 61.391 | 36.777 | 103.743 | 52.124 | 48.785 | 177.747 | 37.372 | 33.339 | 206.769 |
| | Fev | 35.244 | 8.921 | 37.474 | 4.282 | 109.174 | 8.391 | 14.233 | 59.962 | 36.960 | 107.623 | 53.058 | 49.198 | 178.065 | 37.897 | 33.829 | 207.045 |
| | Mar | 35.782 | 8.652 | 36.615 | 4.417 | 109.548 | 8.199 | 14.185 | 58.116 | 36.873 | 106.779 | 53.218 | 49.162 | 176.742 | 37.651 | 34.015 | 207.442 |
| | Abr | 35.699 | 8.556 | 35.336 | 4.412 | 112.523 | 8.017 | 14.453 | 57.623 | 36.895 | 107.503 | 53.540 | 49.575 | 173.513 | 38.319 | 34.162 | 204.911 |
| | Mai | 37.050 | 8.678 | 34.635 | 4.391 | 117.652 | 7.750 | 15.431 | 57.694 | 37.193 | 108.822 | 52.668 | 50.275 | 169.574 | 37.409 | 34.263 | 204.112 |
| | Jun | 37.102 | 8.864 | 34.271 | 4.487 | 123.228 | 7.680 | 16.101 | 58.542 | 36.807 | 107.958 | 51.470 | 50.414 | 167.338 | 36.936 | 34.170 | 200.868 |
| | Jul | 37.072 | 9.228 | 33.540 | 4.410 | 128.070 | 7.878 | 16.754 | 61.268 | 36.882 | 108.908 | 50.335 | 50.625 | 164.523 | 36.872 | 33.896 | 202.277 |
| | Ago | 36.410 | 9.248 | 33.349 | 4.572 | 129.229 | 7.851 | 17.218 | 63.136 | 36.581 | 111.351 | 49.708 | 50.502 | 163.694 | 37.036 | 33.839 | 204.413 |
| | Set | 34.776 | 9.109 | 33.651 | 4.515 | 131.468 | 7.749 | 17.120 | 64.598 | 35.423 | 113.645 | 51.019 | 50.832 | 163.446 | 37.254 | 33.464 | 206.677 |
| | Out | 33.622 | 8.796 | 33.113 | 4.374 | 128.480 | 7.716 | 16.528 | 61.656 | 36.438 | 114.167 | 50.778 | 50.392 | 159.727 | 37.693 | 33.150 | 201.695 |
| | Nov | 32.422 | 8.217 | 32.280 | 4.066 | 124.247 | 7.568 | 15.617 | 58.614 | 35.863 | 115.057 | 49.720 | 49.606 | 153.052 | 37.294 | 32.756 | 205.096 |
| | Dez | 30.411 | 7.548 | 30.901 | 3.917 | 113.341 | 6.806 | 14.147 | 54.563 | 35.245 | 110.695 | 47.765 | 48.345 | 147.366 | 36.204 | 31.578 | 195.029 |

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

# Emprego da construção nos Estados

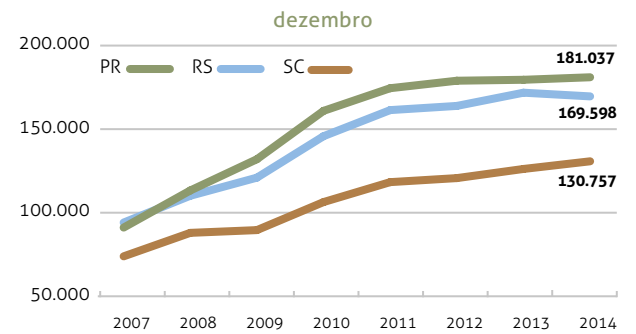
A região Sudeste ainda compreende praticamente 50% do total de empregados com carteira na construção, apesar da redução de 4,19% na comparação do emprego registrado em dezembro de 2014 contra dezembro de 2013. Nessa mesma comparação, com alta de 0,81%, a Região Sul é a única a não apresentar queda no período.

## ESTADOS QUE MAIS EMPREGAM NA REGIÃO SUDESTE



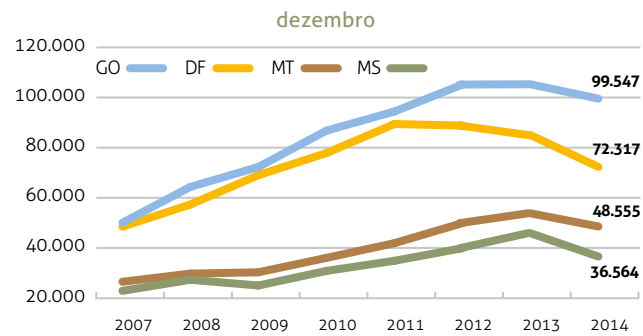

Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE

## EMPREGO NA REGIÃO SUL




Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE

## EMPREGO NA REGIÃO CENTRO-OESTE




Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE

| | | Região Sudeste | | | | Região Sul | | | Região Centro-Oeste | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Período | | Minas Gerais | Espírito Santo | Rio de Janeiro | São Paulo | Paraná | Santa Catarina | Rio Grande do Sul | Mato Grosso do Sul | Mato Grosso | Goiás | Distrito Federal |
| 2013 | Ago | 430.240 | 75.891 | 375.609 | 876.271 | 186.692 | 131.343 | 174.214 | 43.813 | 56.433 | 115.494 | 90.217 |
| | Set | 435.361 | 76.514 | 377.819 | 882.036 | 187.593 | 131.618 | 175.821 | 44.866 | 57.915 | 116.471 | 89.727 |
| | Out | 435.455 | 76.218 | 377.948 | 878.588 | 186.218 | 131.768 | 176.434 | 46.392 | 58.430 | 115.554 | 89.263 |
| | Nov | 425.137 | 75.464 | 373.651 | 871.973 | 184.944 | 130.944 | 175.285 | 46.878 | 57.363 | 111.744 | 87.989 |
| | Dez | 409.007 | 73.525 | 370.481 | 852.206 | 179.538 | 126.178 | 171.808 | 45.874 | 53.808 | 105.287 | 85.043 |
| 2014 | Jan | 415.092 | 74.445 | 371.798 | 868.092 | 184.148 | 130.013 | 174.936 | 45.660 | 55.649 | 106.937 | 85.397 |
| | Fev | 417.303 | 74.727 | 378.306 | 874.252 | 187.956 | 132.454 | 177.604 | 46.587 | 55.973 | 108.546 | 86.644 |
| | Mar | 415.736 | 75.023 | 377.330 | 875.444 | 187.543 | 133.522 | 178.907 | 45.913 | 55.912 | 108.002 | 87.381 |
| | Abr | 412.924 | 74.337 | 378.021 | 878.694 | 187.947 | 136.007 | 180.168 | 44.099 | 57.499 | 110.959 | 87.464 |
| | Mai | 414.563 | 73.732 | 378.714 | 872.389 | 191.668 | 136.533 | 179.077 | 43.332 | 58.220 | 113.376 | 85.835 |
| | Jun | 413.683 | 73.709 | 377.591 | 867.264 | 190.809 | 136.625 | 177.724 | 42.929 | 58.360 | 114.363 | 83.158 |
| | Jul | 414.042 | 73.222 | 375.374 | 867.558 | 191.000 | 137.154 | 176.733 | 43.257 | 58.589 | 114.389 | 81.574 |
| | Ago | 413.267 | 73.479 | 376.467 | 864.723 | 191.110 | 138.016 | 175.739 | 44.114 | 58.332 | 114.451 | 80.546 |
| | Set | 414.743 | 73.925 | 377.090 | 864.488 | 192.302 | 137.991 | 176.796 | 44.060 | 57.668 | 114.664 | 79.923 |
| | Out | 413.246 | 72.667 | 375.235 | 857.221 | 190.411 | 137.277 | 175.923 | 41.518 | 57.219 | 113.035 | 77.847 |
| | Nov | 403.090 | 71.709 | 371.508 | 848.209 | 188.763 | 136.095 | 175.416 | 39.583 | 54.725 | 108.786 | 75.601 |
| | Dez | 380.559 | 68.351 | 365.199 | 819.585 | 181.037 | 130.757 | 169.598 | 36.564 | 48.555 | 99.547 | 72.317 |

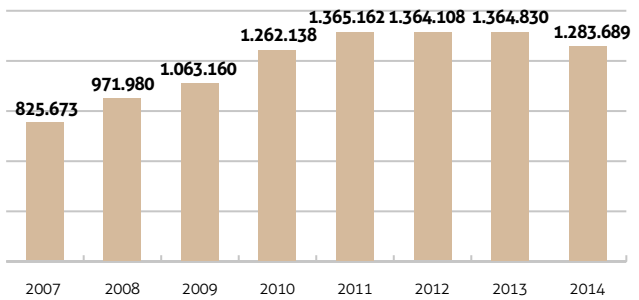
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

# Emprego da construção brasileira por segmento

O emprego no segmento de Edificações, que representa 39,07% do emprego no setor da construção, registrou queda de 5,95% em dezembro de 2014 em relação a dezembro de 2013. Já Infraestrutura, que em dezembro de 2014 empregava 17,00% dos empregados, teve queda de 6,73% na mesma comparação.

**EMPREGO NO BRASIL - EDIFICAÇÕES**

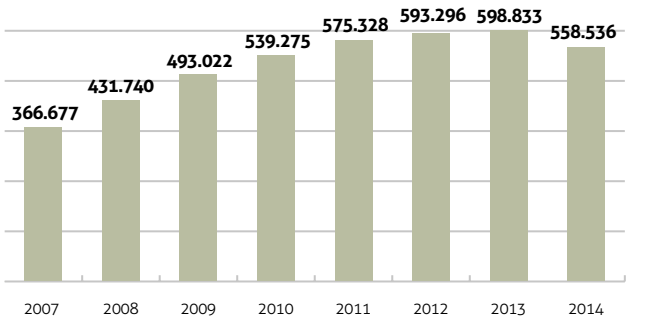
dezembro




Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

**EMPREGO NO BRASIL - INFRAESTRUTURA**

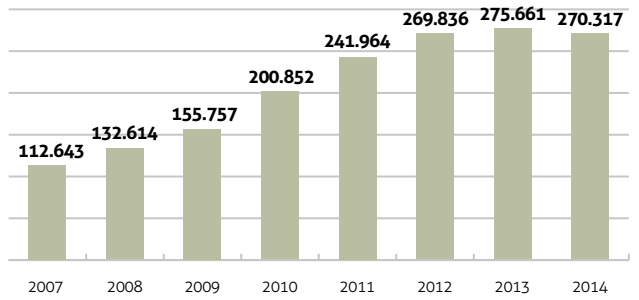
dezembro




Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

**EMPREGO NO BRASIL - INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS**

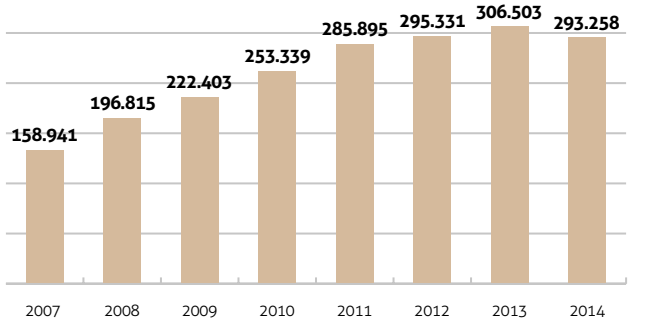
dezembro




Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

**EMPREGO NO BRASIL - ENGENHARIA E ARQUITETURA**

dezembro




Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

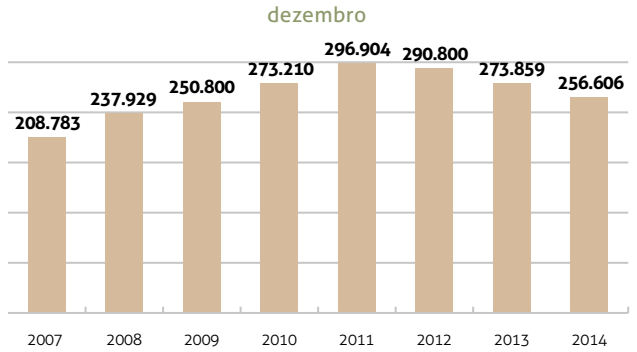
| Período | | Obras | | | | | | Serviços | | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Preparação de terreno | Edificações | Infra-Estrutura | Obras de instalação | Obras de acabamento | Total | Incorporação de imóveis | Engenharia e Arquitetura | Outros serviços | Total | |
| | Ago | 142.662 | 1.402.181 | 619.796 | 430.602 | 183.674 | 2.778.915 | 283.263 | 302.012 | 171.621 | 756.896 | 3.535.811 |
| | Set | 144.386 | 1.413.763 | 628.899 | 435.907 | 184.065 | 2.807.020 | 284.312 | 307.283 | 173.295 | 764.890 | 3.571.910 |
| | Out | 143.994 | 1.412.725 | 631.163 | 431.797 | 184.639 | 2.804.318 | 282.917 | 308.435 | 173.845 | 765.197 | 3.569.515 |
| | Nov | 142.450 | 1.403.092 | 617.799 | 427.579 | 182.997 | 2.773.917 | 282.292 | 310.162 | 172.476 | 764.930 | 3.538.847 |
| | Dez | 137.391 | 1.364.830 | 598.833 | 419.837 | 178.592 | 2.699.483 | 275.661 | 306.503 | 168.158 | 750.322 | 3.449.805 |
| 2014 | Jan | 137.998 | 1.384.942 | 604.406 | 423.885 | 182.381 | 2.733.612 | 277.666 | 307.465 | 172.087 | 757.218 | 3.490.830 |
| | Fev | 139.669 | 1.400.661 | 609.429 | 423.654 | 183.686 | 2.757.099 | 280.931 | 310.023 | 173.655 | 764.609 | 3.521.708 |
| | Mar | 140.195 | 1.391.864 | 614.545 | 426.355 | 182.739 | 2.755.698 | 279.839 | 309.747 | 172.825 | 762.411 | 3.518.109 |
| | Abr | 141.285 | 1.391.253 | 619.558 | 422.287 | 184.078 | 2.758.461 | 280.837 | 309.479 | 174.379 | 764.695 | 3.523.156 |
| | Mai | 142.898 | 1.388.119 | 625.384 | 419.602 | 184.730 | 2.760.733 | 281.183 | 308.321 | 174.799 | 764.303 | 3.525.036 |
| | Jun | 142.902 | 1.379.778 | 624.963 | 416.895 | 184.575 | 2.749.113 | 281.301 | 308.019 | 174.018 | 763.338 | 3.512.451 |
| | Jul | 144.317 | 1.380.873 | 625.376 | 416.244 | 184.920 | 2.751.730 | 281.040 | 308.246 | 174.414 | 763.700 | 3.515.430 |
| | Ago | 145.258 | 1.381.232 | 624.628 | 416.254 | 185.282 | 2.752.654 | 281.484 | 308.514 | 175.729 | 765.727 | 3.518.381 |
| | Set | 146.644 | 1.382.337 | 625.827 | 419.408 | 186.032 | 2.760.248 | 282.438 | 309.138 | 176.572 | 768.148 | 3.528.396 |
| | Out | 145.747 | 1.368.292 | 612.891 | 414.265 | 186.020 | 2.727.215 | 279.944 | 306.716 | 176.049 | 762.709 | 3.489.924 |
| | Nov | 142.659 | 1.346.713 | 595.139 | 411.798 | 184.454 | 2.680.763 | 279.015 | 301.575 | 173.607 | 754.197 | 3.434.960 |
| | Dez | 135.724 | 1.283.689 | 558.536 | 398.695 | 178.400 | 2.555.044 | 270.317 | 293.258 | 167.311 | 730.886 | 3.285.930 |

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

# Emprego da construção paulista por segmento

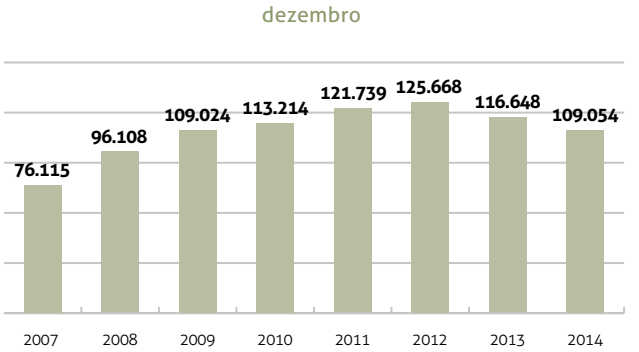
Em dezembro, o segmento de Edificações paulista reduziu seu contingente de trabalhadores em 6,30% em relação a dezembro do ano passado. Tal redução foi ainda mais forte no segmento de Infraestrutura, que sofreu cortes de 6,51%. A exemplo do ocorrido no agregado do Brasil, não se verificou em São Paulo aumento no emprego em nenhum dos segmentos.

**EMPREGO EM SÃO PAULO - EDIFICAÇÕES**



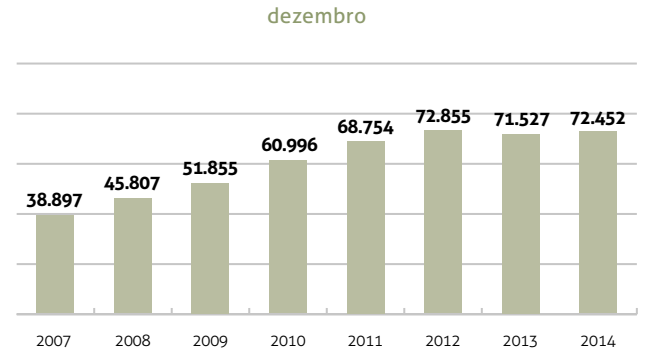

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

**EMPREGO EM SÃO PAULO - INFRAESTRUTURA**



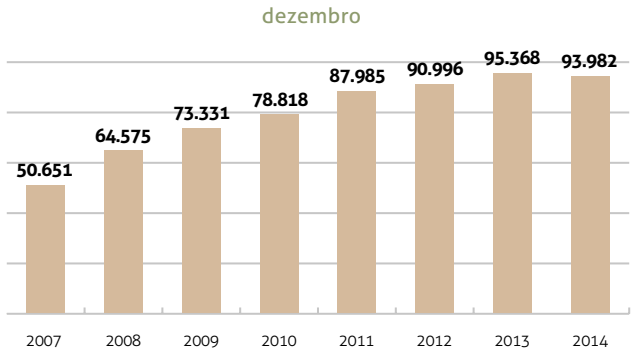

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

**EMPREGO EM SÃO PAULO - INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS**




Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

**EMPREGO EM SÃO PAULO - ENGENHARIA E ARQUITETURA**




Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

| | | Obras | | | | | | Serviços | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Período | | Preparação de terreno | Edificações | Infraes-trutura | Obras de instalação | Obras de acabamento | Total | Incorporação de imóveis | Engenharia e Arquitetura | Outros serviços | Total | Total |
| 2013 | Ago | 38.802 | 288.619 | 118.016 | 133.385 | 77.172 | 655.994 | 72.639 | 91.869 | 55.769 | 220.277 | 876.271 |
| | Set | 39.255 | 289.444 | 118.137 | 135.236 | 76.829 | 658.901 | 72.901 | 94.038 | 56.196 | 223.135 | 882.036 |
| | Out | 39.026 | 287.035 | 118.043 | 134.250 | 76.459 | 654.813 | 72.601 | 95.069 | 56.105 | 223.775 | 878.588 |
| | Nov | 38.877 | 282.505 | 118.524 | 133.143 | 75.627 | 648.676 | 72.424 | 95.916 | 54.957 | 223.297 | 871.973 |
| | Dez | 38.075 | 273.859 | 116.648 | 129.715 | 73.727 | 632.024 | 71.527 | 95.368 | 53.287 | 220.182 | 852.206 |
| 2014 | Jan | 38.676 | 279.160 | 118.727 | 132.478 | 76.277 | 645.318 | 72.027 | 96.189 | 54.558 | 222.774 | 868.092 |
| | Fev | 39.166 | 281.185 | 118.538 | 133.751 | 76.036 | 648.676 | 73.027 | 97.033 | 55.516 | 225.576 | 874.252 |
| | Mar | 38.966 | 280.479 | 120.122 | 134.565 | 75.789 | 649.921 | 73.273 | 97.429 | 54.821 | 225.523 | 875.444 |
| | Abr | 39.223 | 281.758 | 120.045 | 134.339 | 76.731 | 652.096 | 73.927 | 97.332 | 55.339 | 226.598 | 878.694 |
| | Mai | 38.956 | 278.645 | 119.677 | 132.562 | 76.730 | 646.570 | 74.089 | 96.473 | 55.257 | 225.819 | 872.389 |
| | Jun | 38.406 | 276.448 | 119.531 | 130.660 | 76.292 | 641.337 | 74.108 | 96.850 | 54.969 | 225.927 | 867.264 |
| | Jul | 38.351 | 276.564 | 118.805 | 131.358 | 76.579 | 641.657 | 73.947 | 96.866 | 55.088 | 225.901 | 867.558 |
| | Ago | 38.157 | 274.797 | 118.605 | 130.506 | 76.050 | 638.115 | 74.120 | 97.186 | 55.302 | 226.608 | 864.723 |
| | Set | 37.989 | 273.863 | 117.814 | 131.179 | 76.490 | 637.335 | 74.404 | 97.519 | 55.230 | 227.153 | 864.488 |
| | Out | 37.966 | 270.989 | 116.407 | 129.325 | 76.735 | 631.422 | 73.949 | 96.728 | 55.122 | 225.799 | 857.221 |
| | Nov | 37.362 | 267.263 | 115.153 | 128.993 | 75.838 | 624.609 | 73.547 | 95.739 | 54.314 | 223.600 | 848.209 |
| | Dez | 36.213 | 256.606 | 109.054 | 124.962 | 73.427 | 600.262 | 72.452 | 93.982 | 52.889 | 219.323 | 819.585 |

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

FGV IBRE

# Pesquisas, Estudos e Indicadores para suporte às decisões táticas e estratégicas do seu negócio.

O Instituto Brasileiro de Economia é a unidade da Fundação Getúlio Vargas que analisa e pesquisa a economia, impulsionando e estimulando o desenvolvimento de negócios públicos e privados de todo o país. A instituição customiza serviços conforme a necessidade de cada cliente e disponibiliza consulta sistemática online da sua produção estatística na forma de banco de dados.

## SERVIÇOS CUSTOMIZADOS

- **Preços de Referência** - suporte às áreas de compras na definição de critérios de fixação de preços de referência;
- **Índices de Preços Customizados** suporte aos reajustes de contratos;
- **Projeções** - de variações de preços permitindo viabilizar estratégias relacionadas à dinâmica do mercado;
- **Formulas Paramétricas** - suporte à construção de indicadores da evolução de custos em função do comportamento dos preços de insumos;
- **Estudos Especiais -** Construção de cenários para planejamentos estratégicos e orçamentos.

## SERVIÇOS LICENCIADOS

- **FGV Dados** - FGV Dados: banco de dados online que disponibiliza o Índice Geral de Preços (IGP) bem como sua composição;
- **Monitor da Inflação** - um aliado na análise e previsão dos índices oficiais da inflação;
- **Sondagens Econômicas** - da Indústria; do Comércio; da Construção; de Serviços e do Consumidor;
- **Setorial Automobilístico** - direcionado para o acompanhamento da dinâmica de preços relacionados à cadeia produtiva específica deste setor.



**Fale Conosco:** ibre@fgv.br | 3799-6799 | www.fgv.br/ibre